

APOSTILA DE CONCEPÇÃO, ESTRUTURA E PRÁTICA SINDICAL

CEPS

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT

ÍNDICE

1 - A ORIGEM DOS SINDICATOS.

2 - ORIGENS DOS SINDICATOS NO BRASIL.

3 - SINDICALISMO OFICIAL / CORPORATIVISMO.

4 - O RESSURGIMENTO DAS LUTAS SINDICAIS DE 1945/1964.

5 - SINDICALISMO DURANTE A DITADURA MILITAR E A GESTAÇÃO DA CUT.

6 - O NOVO SINDICALISMO E O SURGIMENTO DA CUT.

7 - O SINDICALISMO DE RESULTADOS E FORÇA SINDICAL

8 - CONCEPÇÕES PRESENTES HISTORICAMENTE NO MOVIMENTO SINDICAL.

1 - A ORIGEM DOS SINDICATOS

Desde a divisão da sociedade em classe, após a superação da comuna primitiva, que a história das sociedades é marcada pela luta entre explorados e exploradores. Isto ocorreu no sistema escravista, no modo de produção asiático, no feudalismo e ocorre até hoje no capitalismo. É nesse último sistema econômico, entretanto, que a luta de classes atinge a sua plenitude.

O sindicato, objeto do nosso estudo, é um fenômeno típico desse sistema. Ele só surge no modo de produção capitalista. A palavra deriva do francês - *syndic* -, que significa “representante de determinada comunidade”. Com a queda do feudalismo na Europa, num logo processo iniciado a partir do século XVII, a sociedade se divide claramente em duas classes. De um lado a burguesia, dona dos meios de produção - instalações, máquinas, matérias-primas, etc. O termo burguesia deriva de burgos, que eram pequenas localidades nos arredores dos feudos onde viviam os comerciantes e os artifices - os germes dos futuros industriais. Do outro, o proletariado, desprovido de tudo, obrigado a vender sua força de trabalho aos capitalistas. A expressão proletariado vem do latim, da antiga Roma, e designa os cidadãos que viviam a beira da miséria e que tinham uma prole numerosa.

Lênin, dirigente da revolução russa de XVII, sintetiza de maneira simples as características desse sistema. “Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção, etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários, e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos, que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário indispensável para que estes e suas famílias mal possam subsistir. Tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária a sua manutenção, o patrão embolsa: isso constitui seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para os outros, não trabalha para si, mais para os patrões, e o faz por um salário. Compreende-se que os patrões tratem de reduzir o salário; quanto menos entreguem aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salários possível para poder sustentar sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário”.

É dessa luta cotidiana, inerente ao capitalismo, que surgem as primeiras formas de organização dos trabalhadores. Eles nascem como resultado do esforço espontâneo dos operários para impedir ou atenuar a exploração. Não aparecem por inspiração de “subversivos”, como a burguesia propaga, mais sim por uma necessidade natural dos que vivem de salário. Para elevar os seus lucros, o capitalista necessita extrair o máximo de mais-valia, que é o trabalho excedente não repassado ao operário na forma de

salário. Essa é a lógica do sistema, onde a concorrência leva os empresários a uma incessante busca por maiores lucros - Com a redução dos custos operacionais e a elevação da produtividade. Por sua vez, os trabalhadores têm a necessidade de lutar pela diminuição da mais-valia, pelo aumento de seu poder aquisitivo, e por condições mais humanas de trabalho. Nessa luta, o operariado conta com a vantagem de se constituir uma grande quantidade.

Para cumprir esse papel, os sindicatos se tornam centros organizadores dos assalariados, focos de resistência à exploração capitalista. Num primeiro momento, eles vão congrega os operários das fábricas, os que produzem diretamente as riquezas - o setor dinâmico da sociedade capitalista. Posteriormente, como o desenvolvimento do próprio sistema, eles se generalizam, atingindo outros setores econômicos. Para Marx, “se os sindicatos são indispensáveis para guerra de guerrilhas cotidiana entre capital e trabalho, são também importantes como meio organizado para a abolição do próprio sistema de trabalho assalariado”.

BERÇO DO CAPITALISMO

Os primeiros sindicatos nascem exatamente na Inglaterra - Considerada o “berço do capitalismo”. Foi nesse país que se realizou a primeira revolução burguesa da história - dirigida por Cromwell, em 1640. Após muitas marchas e contramarchas, a burguesia se consolidou no poder, acumulou capital e pôde realizar a primeira revolução industrial - no século XVIII. O capitalismo inglês vai viver a partir daí um intenso processo de desenvolvimento, com a superação do trabalho artesanal, posteriormente da produção manufatureira e, a partir da introdução de novas máquinas, com o surgimento das grandes fábricas. É nesse momento, meados do século XVIII, que o capitalismo encontra plenas condições para se expandir e virar o sistema predominante.

O desenvolvimento do capitalismo deixará evidente a condição desse sistema. Para extrair a mais-valia, fonte de lucros, a burguesia inglesa imporá jornadas de trabalho que atingiam até 16 horas diárias. Os salários serão os mais reduzidos e as condições de trabalho, as mais precárias. Como o objetivo de atrair mão-de-obra livre, ela promoverá os famosos “cercamentos” no campo, nos séculos XVII e XVIII, expulsando os servos das glebas rurais para torná-los “homens livres”, aptos ao trabalho assalariado. Nesse período, são constituídos enormes contingentes de desempregados nos centros urbanos, que Marx chamará de exército industrial de reserva, como forma de baratear o custo do trabalho através de concorrências.

A introdução das novas máquinas, que representa a consolidação definitiva desse novo modo de produção, também agravará as contradições entre capital e trabalho. Através desses novos instrumentos, a burguesia golpeia os artesãos e suas corporações, que tinham grande poder de barganha. Com as máquinas, ela não necessita

mais da mão-de-obra especializada do artesão; pode introduzir a mulher e o menor no mercado de trabalho, com salários mais aviltados e em piores condições de trabalho. Leo Huberman, no livro “História da Riqueza do Homem”, descreve esse brutal processo de rebaixamento do nível profissional. Ele cita, por exemplo, o depoimento de uma criança de 11 anos a uma comissão do parlamento inglês, em 1816. “Sempre nos batiam se adormecíamos. O capataz costumava pegar uma corda da grossura do meu dedo polegar, dobrá-la e dar-lhe em nós. Eu costumava ir para fábrica um pouco antes das seis, por vezes às cinco, e trabalhava até às nove da noite, Trabalhei toda a noite, certa vez”.

Todas essas condições de exploração, próprias do novo sistema econômico, vão gerar resistências entre os explorados. Esse processo de luta passará por longas experiências. As greves e os sindicatos, por exemplo, não aparecerão num estalo de dedos. Antes, a classe operária passará por um longo processo de aprendizado até encontrar as formas mais eficientes de luta e concluir que sua união é fundamental para se contrapor ao poder do patronato. Uma das primeiras formas de luta foi o ludismo, também conhecido como o movimento dos quebradores de máquinas. Inexperiente, a jovem classe operária viu nas máquinas o seu principal inimigo. Afinal, aparentemente a máquina é que era responsável pelo desemprego dos trabalhadores especializados, pela inserção da mulher e do menor nas fábricas em condições degradantes, etc.

O termo ludismo deriva do nome do operário têxtil Ludd, que trabalhava numa pequena oficina em Nottingham, cidade próxima de Londres. Segundo pesquisas, esse operário destruiu totalmente os teares mecânicos da fábrica num sinal de revolta contra os efeitos da revolução industrial. Sua atitude, apesar de individual, refletia o estado de espírito dos artesões. Em pouco tempo, seu gesto foi imitado em várias cidades da Inglaterra e atingiu também a França. “Entre 1811 e 1812, os luddistas espantaram a burguesia”, informa José Cândido Filho, autor do livro “O movimento operária: o sindicato e o partido”. O parlamento inglês, que nunca tratará da questão operária, discutiu o assunto e aprovou, em 1822, uma lei que punia com pena de morte os “quebradores de máquinas”.

A legislação repressiva não conteve o movimento luddista, que quatro anos depois foi retomado com novas máquinas quebradas em Londres Glasgow, Newcastle, Preston, Dundee e outras cidades. Segundo José Cândido, os luddistas ingleses costumavam cantar uma música, que se tornou conhecida, quando quebravam as máquinas. “De pé ficaremos todos/ Em com firmeza juramos/ Quebrar tesouras e válvulas/ E arrasar todas as máquinas”. A revolta operária repercutiu também entre a intelectualidade da época, que passou a dar maior atenção às condições de vida e de trabalho do proletariado. Dessas primeiras lutas de classe operária nasceram belos escritos e poemas, como o de Shelley, “Os homens da Inglaterra”, reproduzido no livro de Leo Huberman, “A história da riqueza do homem”:

Homens da Inglaterra, por que arar
para os senhores que vos mantêm na miséria?
Por que tecer com esforço e cuidado
as ricas roupas que vossos tiranos vestem?

As sementes que semeais, outro colhe
A riqueza que descobris fica com outro
As roupas que teceis, outro veste
As armas que forjas, outro usa

Semeia - mas que o tirano não colha
Produzi riqueza - mas que o impostor não guarde
Tecei roupas - mas que o ocioso não as vista
Forjai armas - mas que usareis em vossa defesa

Aos poucos, entretanto, o luddismo começou a ser superado como forma de luta da jovem classe operária. Mais experiente, ela constatou que não era a máquina a sua inimiga, mas sim o uso que o patrão fazia dela. Que era um erro se contrapor ao desenvolvimento do próprio conhecimento humano, expresso nos avanços da tecnologia. Os movimentos dos quebradores de máquinas também caíram no isolamento diante da sociedade, reduzindo a pequenos grupos de trabalhadores que destruíam máquinas e espancavam os cientistas que as inventavam. A própria burguesia, que num primeiro momento aprovou a pena de morte, começou a dar sinais de assimilação dessa forma de luta. É nesse período inclusive são flagrados destruindo suas máquinas para adquirir outras mais modernas.

Outra forma de luta que será utilizada na infância da classe operária será o boicote - palavra que deriva do nome de um oficial inglês encarregado de administrar os negócios do Conde Erne, da Irlanda. Sir Boycott era conhecido por seus métodos truculentos no tratamento com os empregados. Ele se recusava a negociar e os trabalhadores passavam a fazer o mesmo, propondo que os moradores do povoado não consumissem os produtos do Conde Erne. Este teve um grande prejuízo e afastou o oficial inglês do cargo. A sabotagem também será usada nesse período como mecanismo de pressão dos trabalhadores por seus direitos. O termo tem origem francesa e significa tamanco. Os operários franceses usavam esse tipo de calçado para danificar as máquinas, emperrando a produção.

O salto na ação desse jovem proletariado vai se dar com o recurso da greve - uma forma de luta mais avançada para pressionar o patronato. Segundo José Cândido, "a origem do termo lida-se à praça da greve (place de Grève), atualmente Praça do Hotel de Ville, em Paris. Quando desempregados ou para tratarem de assuntos relativos

ao trabalho, os operários costumavam reunir-se ali. Faire Grève (fazer greve) significa, portanto, reunir-se na Praça de Grève”. A greve foi o recurso de luta de maior eficácia nesse período, tanto na Inglaterra como nos demais países em que o capitalismo foi introduzido. esse recurso se espalhou pelo mundo, sendo encarado de diversas formas. Para alguns, defensores da manutenção do sistema capitalista, como simples mecanismo regulador da mercadoria trabalho. Para outros, no caso dos anarquistas, como um fim em si mesmo. “A greve é tudo”, dirá Bukunin - um dos principais teóricos do movimento anarquista.

Já para os revolucionários, a greve será vista como uma das principais armas de luta de guerrilhas entre o capital e o trabalho e como poderoso instrumento de elevação da consciência e do nível de organização do proletariado. O dirigente da revolução russa de 1917, Ilich Lenin, escreveu um texto sobre as greves, onde afirma: ...

SINDICATO CLANDESTINO

É nesse processo da luta que a classe operária sentirá a necessidade de se organizar. E dele que surgirão os sindicatos...que na Inglaterra têm o nome de Trade-unions - que significa união de ofícios, de profissões. Essas jovens entidades de trabalhadores não terão as mesmas características dos sindicatos atuais - que conquistaram o reconhecimento legal, têm sedes, diretores afastados e gozam do direito de negociar com o patronato. Pelo contrário. No século XVII, período de surgimento das trade-unions, elas serão clandestinas, com muitas dificuldades de atuação. A burguesia verá nelas um grande perigo. Seu temor é que elas coesionem o grande número de trabalhadores, até aqui dispersos e vivendo em concorrência entre si pelo emprego. Há registro de associações de trabalhadores com caráter sindical desde 1699. Nesse ano, em Londres, uma greve dos operários têxteis assustou o governo e a jovem burguesia - que ainda se constituía enquanto classe. É só no século XVIII, quando a revolução industrial tomou impulso na Inglaterra, que os sindicatos vão se generalizar. Para evitar seu crescimento, o parlamento inglês aprova em 1799 a combinations laws, a lei sobre associação, que proíbe o funcionamento de sindicatos.

A violência da burguesia se dará em vários terrenos. No campo legal, elas serão proibidas. A primeira lei que garantirá livre associação dos trabalhadores só será aprovada em 1812, na Câmara de Lordes, em Londres. Além de usar o aparato policial do Estado para reprimir essas entidades, a burguesia inglesa - e posteriormente de outros países - também utilizará as milícias privadas. Os jagunços, que hoje são uma marca no campo em nosso país, já foram muito usados pelo patrono nos centros urbanos. Alguns se tornaram famosos, como o bando Pinkerton, dos EUA - uma poderosa agência de pistoleiros contratada para reprimir greves e assassinar lideranças operárias.

Para se proteger dessa violência, no início as trade-unions agem totalmente na clandestinidade. As reuniões são secretas; não há sedes sindicais, campanhas massivas de sindicalização, nem mesmo negociação direta com o patronato. Algumas trade-unions inclusive formulam “códigos de participação”, com normas para garantir a

sobrevivência da entidade. Elas fixam a triagem dos trabalhadores que devem ser convidados para as reuniões clandestinas. A entidade dos têxteis, por exemplo prevê um período observação de 2 anos para avaliar se o trabalhador não é um dedo-duro, infiltrado pelo patrão. Só depois ele é convidado a participar das reuniões. O seu código fala também justificações dos delatores, compondo um braço armado para amedrontar os traidores em potencial.

Aos poucos, no entanto, as trade-unions inglesas vão se consolidando. Ales dirigem mais graves, maiores protestos. Deixam o patronato num dilema. Já que são proibidas, o empresário não tem com que negociar em momentos de greve. Isso gera grandes prejuízos, principalmente quando não há estoques e surgem as encomendas de produtos. Diante desse crescimento das lutas de operárias, é que o parlamento da Inglaterra irá aprovar, em 1824, a 1ª lei sobre o direito de organização sindical dos trabalhadores. Essa conquista permitirá um poderoso aumento da força do sindicalismo. Em todos os ramos industriais formam-se trade-unions. Também surgem as “caixas de resistência para apoiar financeiramente os grevistas”.

Outro avanço desse período será a organização de federações que unificam várias categorias. Em 1830 é fundada a primeira entidade geral dos operários ingleses - a Associação Nacional para à Proteção do Trabalho. Ela reunirá têxteis, mecânicos, ferreiros, mineiros e outras profissões. Chegará a ter cerca de 100 mil membros e editará um periódico, A Voz do Povo. Na vanguarda do movimento operário inglês dessa época estarão os têxteis, principalmente os da concentração industriais de Lancashire. Em 1866, com o avanço da industrialização em outros países, será realizado o primeiro congresso internacional das jovens organizações de trabalhadores de vários países. Ele representará um grande salto na unidade dos assalariados, que será materializado com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como 1ª Internacional.

Apesar de possibilitar um avanço da organização sindical, a lei de 1824 é contraditória, tendo duas características distintas. Em primeiro lugar, reflete a própria pressão dos assalariados - é uma vitória das lutas dos trabalhadores. Em segundo, também indica uma mudança de estratégia da burguesia inglesa. Tanto que a lei foi aprovada na câmara de Lordes, que reunia apenas a aristocracia inglesa. Com ela, a burguesia procura novos métodos para controlar o movimento operário. Ela não poderia abandonar o seu projeto de dificultar a luta e a união dos trabalhadores - fundamental para sua sobrevivência enquanto classe.

Como não era mais possível proibir as trade-unions, ela adota novos meios de interferir. como a História vai demonstrar, mesmo legalizados, os sindicatos podem ser reprimidos. Nesse período, muitos industriais pressionarão os operários, exigindo a renúncia formal à participação nas trade-unions como forma de garantir o emprego. A força policial continuará a ser acionada, deixando um rastro de sangue em toda a trajetória do

movimento sindical. A legalização também permitirá identificar as lideranças, o que pode facilitar o trabalho de cooptação e corrupção - Processo muito usado até hoje pelo patronato. Além disso, é possível implantar toda uma legislação de controle dos sindicatos - como a que existiu no Brasil após o governo de Getúlio Vargas.

Ainda nesse período, fruto da experiência concreta, o proletariado também desenvolverá a luta política, superando a pressão apenas por reivindicações de caráter econômico e específico. Surge o movimento cartista na Inglaterra, que representou um salto na ação operária. O nome deriva de uma “carta”, elaborada em 1837/1838, em que os trabalhadores reivindicavam maiores liberdades políticas: direito de voto para todos, abolição do sistema pelo qual só podiam se candidatar os que tivessem renda, voto secreto, etc. Em seu conteúdo, o cartismo já expressara a luta por liberdades democráticas e socialistas. Ele será duramente reprimido - com inúmeros cartistas sofrendo processo criminal - de “alta traição” - e muitas condenações.

Em outros países, o proletariado participará de ações políticas, sendo a mais celebre a participação na Comuna de Paris. Essa foi a primeira experiência em que a classe operária alcançou o poder político. Sua duração foi curta - de fins de março e fins de maio de 1871. Num primeiro momento, a sede do seu novo poder se instalou na Câmara Federal dos Sindicatos Franceses, que também era local de reuniões da seção parisiense da AIT. Essa experiência, que não se alastrou e serviu de base para novos estudos dos marxistas, foi violentamente reprimida. As tropas do Exército Francês, que pouco antes havia sido derrotadas e tornadas prisioneiras pelos alemães, foram libertadas e colocadas a disposição do governo da França, de Thiers, por ordem de Bismarck. A burguesia superava suas divergências para esmagar o movimento operário. A luta contra os comunards durou uma semana. Mais de 14 mil combatentes foram mortos na guerra ou foram sumariamente fuzilados; 5 mil operários foram deportados e outros 5 mil encarcerados.

O próprio Karl Marx, um dos idealizadores da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), já havia apontado essa necessidade de ação política ao proletariado: “O fim imediato dos sindicatos concretiza-se nas exigências do dia-a-dia, nos meios de resistência contra os incessantes ataques do capital. Numa palavra, na questão do salário e da jornada de trabalho. Esta atividade não só é justificada como é necessária. Não podemos privar dela enquanto perdure o modo atual de produção. Ao contrário, é preciso generalizá-la, fundando e organizando sindicatos em todos os países. Por outro lado, os sindicatos, sem que estejam conscientes disso, chegaram a ser o eixo da organização da classe operária. se os sindicatos são indispensáveis para a guerra de guerrilhas cotidiana entre o capital e o trabalho, são também importantes como meio organizado para a abolição do próprio sistema de trabalho assalariado”.

PAPEL DOS SINDICATOS

Nessa primeira fase de existência, o sindicalismo vai demonstrar que é um instrumento indispensável para os assalariados. Com a expansão do capitalismo, que se torna o sistema predominante a partir do século passado, os sindicatos vão se espalhar pelo mundo. deixam de ser um fenômeno da Inglaterra. Num processo dialético, onde o capital impera, suas contradições aparecem, as lutas operárias têm início e, conseqüentemente, surge os sindicatos. Nada será dado de mão-beijada pelo capital; nada cairá do céu. Cada nova reivindicação apresentada pelos trabalhadores representa, num primeiro momento, a redução da taxa da mais-valia do patrão. Por isso, depende de luta, de pressão organizada. A história da legislação trabalhista no mundo será a história da luta de classe, onde os sindicatos jogarão um papel importante.

Nesse processo, a classe operária terá muitos mártires, muitas vitórias e derrotas, entre as lutas que mais se destacaram na história, citamos apenas duas - muito marcantes e ilustrativas. A primeira é pela conquista das oito horas diárias de jornada trabalho. Essa será uma luta leveda a nível mundial, comandada pela recém fundada Associação Internacional dos Trabalhadores. Em 1886, a AIT proporá uma campanha pelos “três oit”- oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de convivência familiar e de lazer. Em vários países ocorrerão manifestações em defesa dessa reivindicação. Na Inglaterra, o ano é marcado por um grande pique grevista e vários confrontos com as forças policiais. Na França, barricadas operárias são feitas nas ruas de Paris e de outros povoados. Mas é nos EUA, que nesse período passam por um intenso processo de desenvolvimento industrial, que a luta pelo “três oit” irá adquirir um caráter mais radicalizado.

2- A ORIGEM DOS SINDICATOS NO BRASIL

A origem da classe operária brasileira remonta aos últimos anos do século XIX e está vinculada ao processo de transformação na nossa economia, cujo centro agrário-exportador cafeeiro ainda era predominante. Porém, ao criar o trabalho assalariado em substituição ao escravo, ao transferir parte dos seus lucros para atividades industriais e ao propiciar a constituição de um amplo mercado interno, a economia exportadora criou, num primeiro momento, as bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil. E com isso criou também os primeiros núcleos operários, instalados fundamentalmente, na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi no bojo deste processo que surgiram as primeiras lutas operárias no Brasil.

Suas primeiras formas de organização foram as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visava auxiliar materialmente os operários nos momentos mais difíceis, como nas greves ou em épocas de dificuldades econômicas. A estas associações mutualistas sucederam as Uniões Operárias, que por sua vez com o advento da indústria, passaram a se organizar por ramos de atividades, dando origem aos sindicatos.

A greve, forma elementar e indispensável de luta da classe trabalhadores, eclodiu pela primeira vez no Brasil em 1858, quando tipógrafos do Rio de Janeiro rebelaram-se contra as injustiças patronais e reivindicaram aumentos salariais. A vitória dos tipógrafos foi apenas o início; as greves começaram a expandir-se para as demais categorias. E junto com as greves surgiram também outras formas de organização da nascente classe operária : em 1892 realizou-se o I Congresso Socialista Brasileiro, cujo objetivo, que acabou não sendo atingido, era a criação de um Partido Socialista. Já nesta época as idéias de Marx e Engels penetravam no Brasil. Em seu II Congresso, em 1902, a influência do socialismo era mais marcante; em seu Manifesto aos Proletários diziam no primeiro parágrafo:

“A história das sociedades humanas, desde que se constituíram e onde quer que evoluam, é a história mesma da luta de classes; e desse pugnar incessante resultou, com o decorrer dos tempos, a eliminação de algumas dessas classes, podendo-se atualmente considerar que somente duas permaneceram, extremadas em campos adversos, inconciliáveis em seus interesses: tais são a classe da burguesia e a classe dos assalariados.”

E foi dentro deste quadro que nasceram os sindicatos no Brasil, cujo principal objetivo era conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos Vários Congressos Sindicais e Operários e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações visando a melhoria salarial, a redução da jornada de trabalho etc. Data de 1906 o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que contando com 43 delegados representando os centros mais dinâmicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, lançou as bases para uma organização operária sindical de âmbito nacional, a confederação Operária Brasileira (C.O.B.), cuja luta era direcionada para as reivindicações básicas, além de uma intensa campanha de solidariedade aos operários de outros países. Neste congresso participaram as duas tendências até então existentes no movimento operário: a anarco-sindicalista, que negava a importância da luta política, privilegiando exclusivamente a luta dentro da fábrica através da ação direta. Repudiava ainda a constituição de um partido para a classe operária e via nos sindicatos o modelo de organização para a sociedade anarquista. A outra tendência era composta pelo socialismo reformista, que buscava a transformação gradativa da sociedade capitalista, lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores e , a nível do Estado, utilizava-se da luta parlamentar. Eram, pois, tendências em si bastante distintas, sendo mais forte a presença dos anarco-sindicalistas.

em 1913 e 1920 realizaram-se, respectivamente, o II e o III Congresso Operário tentando reavivar a Confederação Operária Brasileira.

É necessário lembrar que já desde aquela época o Governo procurava controlar o movimento sindical brasileiro: exemplo disto foi o “Congresso Operário”, de 1912, que teve como presidente honorário Hermes da Fonseca, então Presidente da República, e que criou uma liderança governista dentro de alguns poucos sindicatos. Estas “lideranças” sindicais governistas, embora dirigissem categorias combativas como os ferroviários e marítimos, conciliavam com o Estado e nisto se diferenciavam dos anarco-

sindicalistas. Enquanto estes, ao deflagrarem greves, viam-na como um momento da “greve geral” que destruiria o capitalismo, aqueles eram imediatistas e em suas greves não questionavam o sistema. Daí a sua denominação de sindicatos “amarelos”, sendo verdadeiros precursores do sindicalismo “pelego”, dada a sua obediência e subordinação ao Governo.

Mas a combatividade operária era demonstrada através das greves decretadas seguidamente; o período de 1917/20, em decorrência da crise de produção após a I Guerra e da vertiginosa queda de salários dos operários, caracterizou-se por uma onda irresistível de greves de massa que em muitos lugares assumiram proporções grandiosas. Foi o caso da greve geral de 1917 em São Paulo, iniciada numa fábrica de tecidos, e que recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo setor têxtil, seguindo-se as demais categorias. A paralisação foi total, atingindo inclusive o interior. Em poucos dias o número de grevistas cresceu de 2.000 para 45.000 pessoas. A repressão desencadeada aos grevistas foi violenta levando, não raro, alguns operários à morte, como foi o caso do sapateiro Antônio Martinez, atingido por um tiro no estômago durante uma manifestação operária. Apesar disto as greves se alastravam; entre 1918 a 1920 elas eclodiram no Rio de Janeiro, em São Paulo, Santos, Porto Alegre, Pernambuco, Bahia, etc., sempre reivindicando aumento de salário e melhores condições de trabalho.

Esse período correspondeu ao auge do movimento anarquista, que era até então a liderança mais significativa do movimento operário brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, o anarquismo mostrava os sérios limites que jamais conseguiu superar. Astorjildo Pereira, então militante anarquista e que posteriormente se tornou um dos mais importantes líderes comunistas, assim se refere, em seu ensaio A formação do PCB, às greves daquela época: “não há dúvida que muitas das reivindicações pelas quais lutavam as massas trabalhadoras foram alcançadas, total ou parcialmente. Mas é um fato que a natureza e o volume das vitórias alcançadas não estavam em proporção com o vulto e a extensão do movimento geral. Mais ainda, as reivindicações, formuladas por aumento de salários, por melhores condições de trabalho etc., constituíam como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações crescentes de nível propriamente político. É que na realidade se tratava de lutas mais ou menos espontâneas, isoladas umas das outras, sucedendo-se por forças de um estado de espírito extremamente combativo que se generalizou entre as massas”.

A SUPERACÃO DO ANARQUISMO

As limitações do movimento anarco-sindicalista se refletiam nas suas reivindicações exclusivamente econômicas, negando sempre a luta propriamente política e sequer exigindo do Estado uma legislação trabalhista, dado que os anarquistas eram contrários às leis do Estado. Também não admitiam a existência de um partido da classe operária, assim como não aceitava a política de aliança de classes com os demais setores

subalternos da sociedade, o que acarretou um isolamento da luta operária, tornando-se presa fácil do estado e de sua força policial repressiva.

Pode-se inclusive dizer que os anarquistas não conseguiram, na atuação concreta, ir além dos “reformistas amarelos” pois, repudiando a participação da luta pelo controle do Estado, limitavam-se ao terreno econômico, enquanto “os amarelos”, embora conciliasse, com o estado, Também não o questionavam, limitando sua participação ao nível das reivindicações econômicas.

A incapacidade teórica, ideológica e política da direção anarquista na condução das greves desse período, acrescida da grande influência causada pela vitória da Revolução Socialista na Rússia junto ao operariado brasileiro, fez com que um grupo de militantes anarco-sindicalistas rompesse com essa concepção e, em 1922, fundasse o Partido Comunista Brasileiro (P.C.B.). Isso se deu em março do referido ano, e marcou o início de uma nova fase nosso movimento operário, agora organizado politicamente em um partido, cujo objetivo era dirigir a Revolução no Brasil.

No Congresso de fundação do PCB, com exceção do alfaiate Manuel Cedón, todos os demais membros eram oriundos do narco-sindicalismo: Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro (intelectuais), Joaquim Barbosa (alfaiate), João da Costa Pimenta (tipógrafo). Luís Peres (varredor), Hermógenes da Silva (eletricista), Abílio de Nequete (barbeiro) e José Elias (construção civil). Nos primeiros anos a tarefa fundamental dos comunistas foi formar quadros para compor o partido, estudar e divulgar o marxismo-leninismo e formular uma linha política que compreendesse e orientasse a revolução brasileira. Apesar da condição de ilegalidade que lhe foi imposta alguns meses após a sua fundação, o PCB passou a editar, como órgão do partido, a revista Movimento Comunista, ainda em 1922. Publicou logo em seguida o Manifesto Comunista, de Marx e Engels e em 1925 iniciou a publicação do jornal A Classe Operária, com uma tiragem inicial de 5.000 exemplares, que logo foi aumentada.

Um dos pontos mais importantes da atuação dos comunistas deu-se no movimento sindical onde, como se viu, predominavam os anarcos-sindicalistas. Os comunistas criaram então a Federação regional do Rio de Janeiro e, em 1929, realizaram o Congresso Sindical Nacional, com representantes dos sindicatos de vários estados, de onde se originou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, organização de âmbito nacional que congregou todos os sindicatos influenciados pelos comunistas.

É necessário lembrar que paralelamente à atuação dos comunistas e dos anarquistas, ainda nos anos 20, o Estado esboçou nova tentativa de cooptação junto a alguns setores da massa operária, e conseguiu ampliar a tendência “reformista amarela” dentro do sindicalismo. Em 1921 o Estado fundou o Conselho Nacional do Trabalho, visando controlar os sindicatos e torná-los órgãos de conciliação entre as classes. Foi criada também a confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, de tendência reformista. Os Sindicatos “amarelos” passaram a ser ainda mais favorecidos pelas vantagens concedidas pelo Estado

republicano. Este, por ser o representante fiel das oligarquias ligadas à produção de café, tratou de forma distinta a classe trabalhadora; aqueles setores cujas atividades eram indispensáveis para a exportação do café, como ferroviários e portuários, eram prontamente atendido em suas reivindicações, uma vez que sua paralisação estrangulava a economia. Já as categorias vinculadas à indústria, dado o seu caráter secundário na economia agrário-exportadora, eram tratadas de forma exclusivamente repressiva. Lembre-se aqui a afirmativa do Presidente Washington Luís de que “a questão social era simples caso de polícia”.

Porém, já por esta época, o Estado republicano apresentava seus primeiros sinais de crise. A criação do PCB, se de um lado não se apresentava como uma alternativa imediata de poder causou apreensão ao Estado oligárquico. Mas o que de fato o abalou foi a eclosão do movimento tenentista que, desde 1922, atuou francamente em oposição ao regime dos burgueses do café. Exemplo mais marcante do tenentismo foi chamada Coluna Prestes que, liderada por Luís Carlos Prestes, percorreu todo o interior do Brasil buscando a adesão dos trabalhadores rurais para transformações necessárias na sociedade brasileira.

Quando a essa oposição militar se somou aquela empreendida pelos fazendeiros descontentes que não produziam café, aí então o domínio dos cafeicultores entrou em sua fase final.

3- SINDICALISMO OFICIAL/ CORPORATIVISMO

De maneira geral o governo e os patrões até 1930 encararam os conflitos trabalhistas como casos de polícia. E como tal, prenderam, mataram, expulsaram as principais lideranças da época. Quanto aos sindicatos, o Estado limitou-se a estabelecer normas gerais, mas os estatutos, as finanças, o funcionamento eram controlados totalmente pelos trabalhadores.

A partir das greves de 1917, 1918 e 1919 o governo aprova uma série de leis sociais referente a estabilidade, acidentes de trabalho, férias, trabalhos de menores. Além disso, em 1923 é criado o Conselho Nacional do Trabalho. É um órgão de consulta quanto à organização do trabalho e previdência social.

Apesar de a maioria destas leis ficarem quase sem aplicação nenhuma, percebe-se uma mudança na posição do Estado sobre as relações entre capital e trabalho. Com a chegada de Vargas ao poder em 1930 esta mudança torna-se mais profunda. Neste mesmo ano é criado o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio o que deixa evidente o novo comportamento de Estado.

O novo proletariado, que cresceu rapidamente em termos numéricos, era, todavia, inexperiente e assim não soube resistir à demagogia da ditadura Vargas, que promulgou a legislação sindical ainda hoje em vigor. Carecendo de trações de lutas

próprias, aceitou o sindicalismo estatal como verdadeiro. A minoria dos operários que não queria confrontar-se com isso foram violentamente reprimidas.

A ESTRUTURA SINDICAL OFICIAL

A estrutura sindical brasileira, montada gradativamente, peça a peça, na década de 30, é um corpo de leis muito coerentes, amarradas entre si por um cimento ideológico claro: a colaboração das classes entre si e com o Estado. Todo o Título V da CLT, que trata da organização sindical, longe de ser uma cocha de retalhos, é um tecido muito bem costurado e que em nenhum momento perde de vista o objetivo: ***garantir um Sindicalismo dócil, incapaz de atrapalhar a acumulação de capital do país.***

Esse sindicalismo que podemos chamar de ***estatal ou oficial*** serviu tão bem a todos os governos que o Brasil experimentou de 1930 até hoje que nada foi mudado dos seus fundamentos.

Essa estrutura sindical foi criada pelo ditador Getúlio Vargas, também serviu aos governos da época democratizante do imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Serviu otimamente bem para os governos duro com os trabalhadores como o do General Dutra, quando Vargas voltou, Mascarado de democrata, a estrutura sindical que ele criou como ditador continuou a servi-lo; a mesma estrutura serviu aos governos que precederam o golpe de 64 quando todas as forças conservadoras se diziam assustadas com aquela época de agitação sindicalista que eles chamavam de “baderna”.

A estrutura sindical, fruto dos cem artigos contidos no Título V da CLT, é um conjunto harmônico. O quadro ideológico que resulta da síntese de todas as minúcias ali escritas é um quadro com uma mensagem clara: o sindicalismo brasileiro deve ser um sindicalismo corporativo, isto é, um sindicalismo que concilie patrões e operários e não um sindicalismo revolucionário, baseado na luta entre classes inimigas, como, historicamente, foi feito nas décadas anteriores.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL VERTICAL

ESTRUTURA VERTICAL

Como já vimos o sindicato existe no Brasil é atrelado ao Estado, controlado pelo Ministério do Trabalho e organizado verticalmente de cima para baixo. Para manter o movimento operário sob controle, o governo brasileiro implantou, em 1930, uma organização burocrática dividida em quatro níveis: a) Na base do sistema está o sindicato, cuja jurisdição é geralmente o território de um Município. Se a jurisdição do sindicato é territorial, não existe sindicato único, como pretende o governo, mas milhares de organismos diferentes, separados entre si pela lei, dividindo e enfraquecendo os trabalhadores e impedindo que eles desenvolvam sua consciência de classe. b) A federação

coordena os sindicatos de uma categoria e tem como base territorial um Estado ou uma Região. **Basta a associação de cinco sindicatos para formar uma federação.** A sede das federações fica na capital de cada Estado. c) As confederações têm jurisdição nacional, agrupando os sindicatos de uma mesma categoria profissional. Elas podem ser formadas com um mínimo de três federações. Sua sede fica no Distrito Federal e a cúpula do sistema é ocupado pelo Ministério do Trabalho, que de fato está presente dentro do sindicato e o dirige.



. CORPORATIVISMO

O sistema corporativo é uma forma de organização social do trabalho muito hierarquizada e autoritária, na qual os trabalhadores estão agrupados em categorias profissionais. O sindicato vertical reúne os trabalhadores em corporações de ofício. Trata-se de uma estrutura imóvel em que os trabalhadores são organizados isoladamente, segundo ramos de atividade, não havendo nenhuma possibilidade de vida intersindical. Este tipo de organização suprime a noção de classe. Em lugar de sindicato de classe existem no Brasil sindicatos de categorias: metalúrgicos, têxteis, bancários, etc., separados e divididos, impedidos por lei de se unirem.

COLABORAÇÃO DE CLASSES

A legislação do trabalho é muito clara quando estabelece que os sindicatos devam colaborar com os poderes públicos e os patrões para a solidariedade social, promovendo a conciliação e a cooperação de classe. Essa organização sustenta o sistema de colaboração de classes do populismo e do peleguismo que existe desde Getúlio Vargas e continuam atualmente, porque dá algumas vantagens materiais aos trabalhadores: assistência social, férias, assistência médica, colônia de férias.

ATRELAMENTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

O Ministério do trabalho é legalmente investido do poder de: a) **expedir carta de registro de entidade sindical**; b) **promover o enquadramento sindical**; c) **controlar a gestão das diretorias de sindicatos, federações e confederações**; d) **controlar a conta bancária das organizações sindicais**; e) **supervisionar e dirigir as eleições sindicais**; f) **intervir nos sindicatos destituindo suas diretorias ou cassando a carta de reconhecimento da entidade**. O pedido de reconhecimento dos sindicatos está ligado à apresentação obrigatória dos estatutos ao Ministério do Trabalho, de quem depende a aquisição de personalidade jurídica. Para conseguir o registro é preciso, primeiro, constituir-se em associação profissional, que deve também ser registrada. Somente as associações reconhecidas oficialmente podem pedir a sua transformação em sindicato e, para isto, devem depositar a ata de instalação, relação de associados, cópia dos estatutos, cuja única finalidade é incorporá-las no aparelho do Estado. **Podem existir várias associações profissionais de uma mesma categoria, todas registradas, mas só uma delas se transformará em sindicato, recebendo a carta de reconhecimento do governo. As demais serão dissolvidas.**

ENQUADRAMENTO SINDICAL

O enquadramento é realizado pela Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, que é presidida pelo Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho e tem ainda dez outros membros, dentre os quais dois representam trabalhadores.

O CONTROLE PELAS ELEIÇÕES SINDICAIS E O IMPOSTO SINDICAL

Outra forma de controle de extrema importância é a sistemática das Eleições Sindicais. Alguns aspectos mais importantes:

- Nas eleições para diretoria de Sindicatos: para votar tem que ter 18 anos; 02 anos na categoria; 06 meses de sócio; estar em dia com as mensalidades. Para poder ser votado a lei aperta mais: 02 anos de categoria que não podem ser interrompidos

por mais de 03 meses de desemprego; ter ficha aprovado pelo Ministério do Trabalho e pela Polícia Federal; não podem concorrer militantes de partidos políticos fora da lei - (é o controle ideológico);

- A atual portaria 3437/74 que regulamenta as eleições sindicais dá plenos poderes à diretoria do sindicato para conduzir o processo eleitoral podendo bloquear qualquer esquema de fiscalização de pleito pelas chapas concorrentes. Como as diretorias geralmente também são chapas concorrentes esta portaria visa garantir a manutenção dos pelegos;
- As chapas ou nomes de trabalhadores podem ser vetados pela lei, (quem manda não é o trabalhador, mas o Ministro do Trabalho);
- A eleição para as diretorias de federações é feita somente por diretores de Sindicatos. A eleição para as Confederações é feita somente por diretores das Federações.

Portanto para Federações e Confederações as eleições são indiretas. É desta forma que os pelegos ficam 20, 30 anos lá dentro.

O Imposto Sindical representa a maior parte da receita da maioria dos Sindicatos. Sua aplicação é regulada pelo artigo 592 da C.L.T.: para serviços de colaboração; escolas primárias e vocacionais; **bibliotecas**; assistência médica, **judiciária e dentária**; cooperativas de consumo e crédito; colônia de férias e atividades esportivas. A não aplicação do dinheiro de acordo com os dispositivos do Ministério do Trabalho permite a intervenção nos Sindicatos.

APLICAÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL

Sindicato.....	60%
Federação.....	15%
Confederação.....	05%
Departamento Nacional de Empregos e Salários....	20%

ALTERAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A nova Constituição possui 245 artigos e 70 disposições transitórias, os artigos: 8º., 9º., 10,11,37, (VI) e 42 (§ 5º.), regulamentam a organização sindical.

Art. 8º. - É livre a associação profissional ou sindical, observando o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvando o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical em qualquer grau representativa da categoria profissional e econômica, na mesma base territorial que será

definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados e não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que em ser tratando de categoria profissional, será descontada em folha para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva. Independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º. - É assegurado o direito de greve competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º. - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º. - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10º. - é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art.11º. - Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Art. 37º.

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;

Art. 42º. - Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.

4 - O RESSURGIMENTO DAS LUTAS SINDICAIS DE 1945/1964.

Já nos primeiros anos da década de 40 o Estado Novo mostrava seus primeiros sinais de debilidade. As forças democráticas da sociedade brasileira lutavam em duas

frentes: no plano externo visando derrotar o nazi-fascismo e no plano nacional objetivando romper a ditadura estadonovista e caminhar para uma efetiva democracia. Porém, constituíram-se duas tendências oposicionistas: uma liberal e burguesa, cujos interesses econômicos estavam vinculados ao imperialismo; e outra, nacional e popular, que buscava a constituição de uma democracia incluindo a participação efetiva das classes populares.

A primeira limitava-se às classes dominantes e temia o projeto nacionalista de Vargas. A segunda, liderada pelas organizações populares como o PCB, tinha o nacionalismo de Vargas um possível aliado para a resolução dos problemas nacionais. O *Manifesto dos Mineiros*, de 1943, foi exemplo típico da oposição liberal. Já a tendência nacional popular avançava em conquistas mais profundas. Além das conquistas econômicas, como a construção de Volta Redonda, houve um avanço na luta pelas liberdades democráticas; conquistou-se no início de 1945 a anistia ampla e irrestrita aos presos políticos, libertando os comunistas que tiveram encarcerados durante todo o Estado Novo. Conquistou-se ainda a legalização do Partido Comunista Brasileiro e marcaram-se para dezembro as eleições presidenciais e a convocação da Assembléia Constituinte. Vargas decretou ainda a Lei Antitruste, que constituía uma comissão autorizada a desapropriar empresas estrangeiras lesivas aos interesses nacionais, o que causou reação imediata do governo norte-americano. A organização Sociedade Amigos da América, representante do imperialismo norte-americano, foi fechada pelo Governo e, no plano da política externa, foram reatadas as relações diplomáticas com a União Soviética. Por fim, no mesmo ano em que foi deposto, Vargas eliminou não só os dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias sindicais, como também aquelas que exigiam à aprovação prévia do Ministério par a realização de eleições e posse das direções sindicais eleitas.

Além de todas estas conquistas que liquidavam os dispositivos reacionários existentes desde o Estado Novo, a classe operária avançou em um outro ponto crucial: o movimento sindical. Depois de uma fase extremamente repressiva para o movimento sindical, iniciou-se um trabalho de substituição das lideranças pelegas por lideranças autênticas e representativas da classe operária. Assim foi que, em 1945 criou-se o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), organismo intersindical de caráter horizontal que rompia com a estrutura vertical e que proclamava, em Manifesto assinado por mais de 300 líderes sindicais representantes de 13 Estados, a luta da classe operária, “imediatamente, pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências na vida dos nossos órgãos de classe”. Propugnava ainda a “extinção dos órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios democráticos do povo e comprometedores da segurança e da tranqüilidade interna, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Tribunal de Segurança Nacional”, respectivamente, organismos de repressão ideológica e política existentes durante o Estado Novo.

A luta pelo fortalecimento e unidade dos sindicatos avançava. Realizaram-se vários Congressos Sindicais unitários em vários Estados como Minas, São Paulo e Rio de

Janeiro. Em setembro de 1946 houve o coroamento desse processo com a realização do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com cerca de 2.400 delegados. Os comunistas, maior força sindical conseguiram, então, concretizar sua aspiração maior para o movimento sindical: foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (1946).

O avanço considerável das classes populares amedrontava os setores mais reacionários da sociedade brasileira. A permanência de Vargas no poder os ameaçava, pôs com ele se verificava cada dia o avanço da classe operária. O golpe de 29 de outubro de 1945, sob a falsa aparência de uma ação democrática, foi, na verdade, reacionário e antipopular, pois obstaculizou os avanços - que não foram poucos - das classes populares.

Assim se referiu ao Golpe o então deputado do PCB João Amazonas: : Cumpro confessar que nos últimos meses de 1945, o governo do Sr. Getúlio Vargas cedia em parte, permitindo pouco a pouco que os trabalhadores voltassem a seus sindicatos... Nosso Partido, que vive ligado às massas, que os trabalha junto ao proletariado, que atua em todas as organizações trabalhistas do país, desmascarou o caráter do golpe como antidemocrático e, com muita razão, porque para os trabalhadores o 29 de outubro foi muito pior que aquele breve período que o antecedeu”.

Apesar do Golpe, nas eleições de dezembro de 1945 o PCB, que em poucos meses de legalidade tornou-se o maior Partido Comunista da América Latina com cerca de 200.000 membros, conseguiu 10% do eleitorado para presidência da República, elegeu 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, o mais votado da República.

No plano da organização sindical os objetivos da classe operária estavam sendo atingidos; porém no plano institucional isso não foi possível, uma vez que na Constituinte eleita em 1945, o PCB era a quarta agremiação política. Embora contassem com o apoio do PTB, os comunistas se encontravam em minoria parlamentar frente aos partidos das classes dominantes, o PSD e a UDN, que juntos alcançavam 70% do Parlamento e tinham força suficiente para barrar qualquer possibilidade de alteração da estrutura sindical pelos comunistas.

Mas, ao mesmo tempo em que avançava a organização das massas, não tardaram as medidas repressivas do Governo antidemocrático de Dutra que já em 1946, proibiu a existência do MUT, decretou a intervenção e a suspensão das eleições sindicais e, em 1947, determinou a ilegalidade do PCB, cassando também o mandato de seus representantes no parlamento.

Foi, sem dúvida, um rude golpe no avanço do movimento sindical e operário brasileiro.

No início dos anos 50, sob o último Governo de Vargas, o movimento sindical atingiu novamente grande dimensão. É importante lembrar que a classe operária brasileira, de 1940 a 53, dobrou seu contingente e, segundo Jover Telles, atingiu cerca de 1.500.000 trabalhadores nas indústrias. As greves começavam a tornar-se constantes; em 1951

realizaram-se quase 200 paralizações atingindo quase 400.000 trabalhadores. No ano seguinte alastraram-se, totalizando quase 300 em todo território nacional. E, 1953, a luta da classe operária contra a fome e a carestia atingiram cerca de 800.000 operários. Somente em São Paulo, da qual a participaram os têxteis, metalúrgicos, gráficos, entre outros. Em todas as greves a participação do PCB foi intensa tornando-o a liderança mais significativa.

As várias comissões de fábricas criadas pelos comunistas ampliavam, dentro das fábricas, a presença dos sindicatos, dando-lhes uma configuração horizontal. Foram, sem dúvida, anos de avanço de organização da classe operária. Suas reivindicações fundamentais voltavam-se contra a fome e a carestia, mas não se limitavam ao plano econômico.

Não foram poucas as manifestações por liberdades sindicais, contra a presença das forças imperialistas, em defesa das riquezas nacionais - de que a campanha pela criação da Petrobrás foi a de maior vulto - e contra a aprovação e aplicação do Acordo Militar Brasil-EUA.

Foi criado o Pacto de Unidade Intersindical, mais tarde transformado no PUA (Pacto de Unidade e Ação), que avançou no rompimento da estrutura sindical vertical e englobou mais de 100 organizações sindicais. Foram criados ainda os Pactos Intersindicais (PIS) que atuaram em várias regiões, sendo o da ABC o mais combativo. Ressalta-se que tais organizações intersindicais não tinham caráter de organizações paralelas mas, pelo contrário, nasceram de uma árdua luta dentro dos sindicatos oficiais e que visavam, isto sim, a transformação radical da estrutura sindical vertical.

O AVANÇO DAS LUTAS SINDICAIS E A CRIAÇÃO DO COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES

(CGT)

O avanço das lutas operárias atingiu, no início dos anos 1960, o seu ápice quando, após imensas manifestações grevistas, realizou-se o III Congresso Sindical Nacional, onde os trabalhadores brasileiros unificaram suas forças sob a única organização nacional de coordenação da luta sindical: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O CGT, cuja direção era constituída por líderes sindicais e tinha na suplência o pessoal diretamente ligado à produção, objetivava combater o peleguismo das Confederações Nacionais, especialmente a CNTI dominada a décadas pelo pelego Ari Campista. O CGT visava ainda aglutinar os sindicatos de Norte e Nordeste que constituíam as bases do peleguismo. Além do CGT, que era o comando de âmbito nacional, foi intensa a atuação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), intersindical que congregava os trabalhadores portuários, marítimos e ferroviários.

Nestes anos de avanço das lutas populares mereceu destaque ainda o Fórum Sindical de debates, que unificava o movimento sindical da Baixada Santista.

O CGT foi, especialmente durante o Governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro. Sua presença foi decisiva na direção de

grandes manifestações operárias, como a Greve da Paridade em 1960 quando, objetivando a equiparação salarial aos militares, 400.000 trabalhadores civis paralisaram os transportes marítimo, ferroviário e portuário em todo país. Também foram de extrema importância política as greves durante a crise entre a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a ascensão do vice João Goulart. Os sindicatos decretaram greve em solidariedade a Goulart, atingindo principalmente as atividades industriais e de transportes no Rio de Janeiro. Em setembro de 1962 nova greve geral pelo plebiscito que derrotou maciçamente o regime parlamentarista. Reivindicou-se ainda nesta greve geral a revogação da Lei de Segurança Nacional, o direito de voto a todos os cidadãos, incluindo soldados e analfabetos, aumento salarial de 100%, concessão do direito de greve, reforma agrária radical, imediato congelamento de preço dos gêneros de primeira necessidade, aplicação rigorosa da Lei que controlava a Remessa de Lucros para fora e direito de organização sindical aos camponeses.

As greves se sucediam com grande rapidez. Em 1963 a célebre greve de 700.000 que, entre outras reivindicações, pretendia a unificação da data-base dos acordos salariais, com o fim de evitar que os reajustes fossem realizados em épocas diferentes para as várias categorias. Se essa reivindicação tivesse sido vitoriosa, significaria uma mudança importante na legislação sindical vigente desde o Estado Novo. Apesar disso, a greve conseguiu outras vitórias, obtendo 80% de aumento para todos os trabalhadores, além de forçar os patrões a dialogar com várias categorias operárias representadas pelo Pacto de Ação Conjunta (PAC), intersindical que dirigiu a paralisação. A greve dos 700 mil constituiu-se numa das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário brasileiro.

Lembre-se, a título de exemplo, que os metalúrgicos de São Paulo atingiram no período alto grau de mobilização. Segundo o relato de um militante sindical “não existia nenhuma empresa de São Paulo onde não existissem delegados sindicais”. Ao que acrescenta que os metalúrgicos não faziam piquetes na sua categoria, pois, a adesão era unânime, mas sim para buscar a adesão de outros setores, como têxteis, químicos, calçados, etc. Cita ainda que, com o Golpe de 64, além de toda liderança ter sido esmagada, os 1.800 delegados sindicais metalúrgicos de São Paulo foram denunciados à polícia e perderam seus empregos.

O campo também foi atingido pelo avanço das lutas populares. Os trabalhadores iniciaram o processo de mobilização desde 1955, com o surgimento da primeira Liga Camponesa, no Engenho Galiléia. Um ano antes havia sido criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e pouco a pouco floresceram os sindicatos rurais. Era a entrada decisiva do campesinato no cenário político nacional, exigindo uma radical transformação de estrutura agrária, através da substituição dos latifúndios pela propriedade camponesa e pela propriedade estatal. Exigiam o acesso à terra para aqueles que desejavam trabalhar, além da extensão da legislação trabalhista para o campo, com o objetivo de garantir alguns direitos mínimos aos trabalhadores rurais.

No início dos anos 1960, através das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião e dos Sindicatos Rurais dirigidos pelo Partido Comunista Brasileiro,

intensificou-se a mobilização camponesa, tendo como bandeira principal a reforma agrária. No ano de 1963 fundou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), sendo também elaborado o Estatuto do Trabalhador Rural, que expressava parte das reivindicações dos trabalhadores do campo. Desta maneira suas lutas uniam-se às dos trabalhadores urbanos.

A mobilização popular atemorizava cada vez mais os setores conservadores da sociedade brasileira; as reformas de base do Governo Goulart, especialmente a reforma agrária, contavam com o apoio crescente das classes subalternas. O CGT, revertendo a estrutura sindical criada na década de 1930, agora a utilizava como um instrumento de pressão junto ao aparelho de Estado, objetivando a consolidação de um governo democrático e popular.

A 13 de março de 1964, mais de 200.000 trabalhadores, convocados por sindicatos e organizações operárias, dirigiram-se ao Comício Central do Brasil, no Rio de Janeiro, visando implantar as reformas de base, a formação e a unidade da Frente Popular e democrática. Entretanto, os setores reacionários procuravam de todas as formas, conterem os avanços populares. Em São Paulo, por exemplo, contra essas reformas as camadas médias mobilizaram-se através das Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade.

As posições se radicalizavam. Em 31 de março, através de uma mobilização militar foi deposto João Goulart. O CGT e as demais organizações populares foram tolhidos de qualquer possibilidade de atuação, sendo suas lideranças imediatamente presas. Se de um lado essa liderança sindical tinha profunda consciência dos reais interesses populares, ela não soube preparar as bases para uma resistência mais efetiva. Uma vez contida a liderança, as bases ficaram aturdidas. Rude foi o golpe sofrido pelas classes populares. Iniciou-se uma longa noite em sua história...

5 - SINDICALISMO DURANTE A DITADURA MILITAR E A GESTÃO DA CUT.

*** *AUTOCRÍTICA SOBRE 1960-64***

As origens da CUT podem ser localizadas na autocrítica que uma parte do movimento sindical fez de sua prática e de sua concepção nos anos que antecederam o Golpe Militar de 1964. O choque levado por muitos trabalhadores, que acreditavam na onipotência do CGT, e que o viram ruir como um castelo de areia varrido por uma onda, provocou uma longa reflexão que irá daquele fatídico 1º de abril até o ano de 1978, quando as massas operárias novamente voltaram ao primeiro plano da história.

Os trabalhadores, durante os anos de 1962-64 imaginavam a CGT como uma ferramenta poderosa, inquebrantável. O linguajar das lideranças do Comando Geral refletia essa ilusão. Esses líderes diziam não ter medo do golpe que estava sendo arquitetado de forma cada vez mais clara, pois estavam convencidos que “com um simples estalar de dedos o Brasil pararia”. Acreditava-se firmemente que o CGT era um “dispositivo sindical” pronto a ser usado pelo Presidente da República caso se sentisse ameaçado pelos golpistas. Durante os 3 anos de

governo João Goulart, o CGT manteve um relacionamento ambíguo com o Governo, se confundindo com a política populista de Jango. Dessa aliança vinha a crença de um poder que o Comando não tinha.

Mas as ilusões saíram caro. Quando o golpe veio, a reação foi quase nula. As greves, que se imaginavam capazes de frear o golpe não aconteceram ou se reduziram a rápidas tentativas. A desilusão foi tão grande, com ela, houve a necessidade de uma profunda reflexão autocrítica sobre toda a prática sindical anterior.

O sindicalismo que o CGT tinha herdado de Getúlio, com seus vícios congênitos (falta de enraizamento na base, falta de representatividade, atrelamento à estrutura oficial e dependente ideologicamente da burguesia) precisava ser revisto totalmente.

É essa análise dura e sofrida que um bom número de sindicalistas se dispôs a fazer.

Os limites do nosso sindicalismo, de sua estrutura e sua prática já tinham sido percebidos, mas foi a partir do golpe militar que as análises mais profundas começaram a repercutir dentro das fábricas, nas organizações de esquerda, nos meios intelectuais. Em síntese, condenavam os vícios da nossa estrutura sindical: burocrática, sem enraizamento na base e imbuída de uma ideologia de colaboração entre as classes. Por seu lado, dentro das fábricas, operários militantes refletindo sobre o desastre do 1º de abril de 1964 chegavam, na prática, às mesmas conclusões. Um novo sindicalismo precisava ser construído: desatrelado do Ministério do Trabalho, organizado nos locais de trabalho e separado dos interesses patronais.

Os trabalhadores também perceberam que esse sindicalismo era só artificialmente unificado. Na realidade, cada sindicato mostrava-se separado de forma estanque dos outros. Era necessário criar um sindicalismo unitário, unificado, oposto a unidade sindical, que por lei obriga a formação de apenas um sindicato por categoria numa determinada base territorial. Pouco a pouco criaram-se focos de resistência ao rolo compressor da ditadura militar. Esses núcleos de resistência estruturaram-se aos poucos e tornaram-se oposições sindicais, temperando-se e aprofundando sua visão na luta contra o sindicalismo oficial atrelado, o chamado “sindicalismo pelego”. “Pelego” deixou de significar inicialmente a manta colocada entre o cavalo e a sela para amortecer os solavancos; passou a ser sinônimo de sindicalista acomodado e comprometido com os patrões e o governo.

O Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, a mais conhecida desta época, nasceu muito ligada à então Comissão de Fábrica da Cobrasma, maior fábrica daquela região. Disputou as eleições e ganhou da chapa pelega em 1967. A Oposição, uma vez na direção do sindicato, manteve uma ação decidida na defesa dos trabalhadores e contra o sindicalismo pelego reinante em outros sindicatos. Em 1968 entra na rota de coalizão com os patrões numa greve célebre pela resistência ativa, e acaba sendo arrasada pela intervenção das forças repressivas. As raízes plantadas nos seus dois ou três anos de vida, especialmente o exemplo da Comissão de Fábrica da Cobrasma, ficarão por longos anos como referência de resistência dos trabalhadores no ano de ditadura militar.

Experiência próxima daquela dos metalúrgicos de Osasco foi realizada também em 67/68 em Contagem, perto de Belo Horizonte. A mesma revisão crítica do sindicalismo pré-64, a mesma busca de um enraizamento na base e a rápida colisão com as forças do governo que já estavam preparando o Ato Institucional nº. 5 e que não estavam dispostas a tolerar desafios de operários em greve.

O AI-5, editado em 13 de dezembro de 68, é um golpe dentro do golpe de 64. Inaugura a fase mais dura da repressão política, da censura e do aniquilamento de qualquer direito democrático. Era praticamente impossível qualquer ação política aberta. Os setores democráticos e os revolucionários que timidamente se reaglutinavam após o golpe de 64, além de refletirem sobre sua prática de antes do golpe, tiveram que criar formas de resistência que envolvia uma grande dose de trabalho clandestino.

A resistência assumiu também a forma armada. A guerrilha urbana e as tentativas de implantar em áreas rurais, apesar do seu heroísmo, foram conduzidas ao isolamento e aniquiladas.

A reflexão sobre os erros pré-64 e o aprofundamento da repressão vão fazer com que o campo das lutas populares se volte para o trabalho de base: nas fábricas, nos bairros, nas áreas rurais. A esquerda organizada em vários agrupamentos vai negar; na prática, a política de conciliação e de se colocar a reboque da burguesia como o PCB fazia.

A maior parte da hierarquia da Igreja Católica colaborou com o golpe militar. As contradições que existia no meio dela se aprofundarão e a prática social da Igreja Católica sofrerá uma mudança substancial. Sob influência da conhecida Teologia da Libertação, se organizou um fortíssimo movimento de Comunidade de Base. Esta linha de trabalho terá um reflexo especial na atuação dos militantes católicos dentro das fábricas e particularmente na constituição de oposições sindicais. Engajam-se nessa nova prática, compreendida com as lutas dos trabalhadores, leigos, padres, agentes pastorais em diversos níveis e até mesmo setores ponderáveis da sua hierarquia.

Toda esta mudança da prática sindical vai estar profundamente marcada pela necessidade da organização em cada local de trabalho e de ouvir, respeitar e organizar a base. Na década de 70, sob a mais dura repressão, vai se construindo, nos locais de trabalho, particularmente nas fábricas, um novo sindicalismo.

Nas fábricas estouravam pequenas lutas: abaixo-assinados, operações tartaruga, greves relâmpago etc. Em todas essas lutas avançava a busca de um sindicalismo livre, de base e de classe. Essa acumulação de experiências pode ser sintetizada numa frase das teses aprovadas no I Congresso da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1979:

“O papel da oposição sindical é o de desmantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização de fábrica”.

Toda vez que se falava em organização de fábrica, se fazia referência à Comissão da Cobrasma, esmagada em 68, e às “Comisiones Obreras” espanholas, na época

noticiada por toda a imprensa mundial, que divulgava com interesse o fim do franquismo e a experiência de transição da ditadura à democracia naquele país.

A luta que melhor reflete essa acumulação, feita no campo das oposições sindicais, é a greve da categoria metalúrgica de São Paulo em novembro de 79.

Toda a greve foi dirigida pelo Comando de Greve, passando por cima da diretoria oficial, presidida pelo velho interventor militar de 64, o Joaquim dos Santos Andrade, que no ano anterior, após uma eleição fraudada, tinha sido empossado ilegalmente pelo então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, em Pessoa.

Sob liderança do Comando de Greve, formaram-se imensos piquetes, os piquetões de até 10 mil operários. Essa greve, que entrou em confronto com o poder e seus órgãos repressivos, tem sua figura emblemática no militante opositor Santo Dias da Silva, membro do Comando de Greve, assassinado num piquete na porta de uma fábrica da zona sul de São Paulo, por um policial militar.

Essa greve configurou toda uma crítica ao velho sindicalismo baseado na estrutura sindical oficial herdada de Vargas. Sua radicalização, seja na forma organizativa, seja no seu conteúdo político-ideológico, de confronto frontal com a ditadura e os patrões, não passou despercebido a outro bloco de sindicalistas. Militantes e dirigentes sindicais da área do velho PCB, seguidores de uma linha mais moderada, tipicamente reformista e sem confronto com a estrutura sindical oficial, apresentaram-se em condenar tal greve. “Chega de aventuras” é o título do panfleto que este bloco soltou logo após a greve. Não é de se espantar então reencontrarmos o mesmo PCB poucos meses depois, em abril de 1980 tentando impedir a eclosão da grande greve dos metalúrgicos de São Bernardo. Mas nem a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, nem o poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo liderado por Lula, se deixaram impressionar por estas avaliações. Estavam nascendo e se fortalecendo os dois ramos da CUT, suas duas raízes constitutivas.

*** AS DUAS RAÍZES DA CUT**

Podemos assim imaginar a CUT como uma árvore com duas grandes raízes principais.

Uma formada pelas Oposições Sindicais, muitas das quais poucos anos depois conquistaram sindicatos, como as Oposições das categorias-chaves, como metalúrgicos, bancários, trabalhadores em transportes, químicos, petroleiros, trabalhadores rurais, etc., nas maiores cidades do país.

A segunda raiz é formada pelos “sindicalistas autênticos” (assim eram chamados na época), que eram dirigentes sindicais combativos, que durante os anos difíceis da ditadura disputaram, individualmente, um espaço no interior das diretorias. Parte desses dirigentes sindicais avançava gradativamente, até alcançar a hegemonia na diretoria de seus sindicatos.

Contra o imobilismo fisiológico. dos sindicatos oficiais e contra a colaboração destes com o governo e os patrões, forma-se uma nova safra de líderes dispostos a ter uma prática diferente. Sua prática é substituir o imobilismo pela mobilização, a burocratização pelo contato vivo e direto com a massa, o esvaziamento dos sindicatos por uma prática de ações de massas. No final da década de 70 essa nova safra de dirigentes sindicais passou a ser conhecida como “o bloco dos autênticos”.

A imagem que mais reflete essa acumulação de experiência de mobilização de grandes massas é aquela de estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, onde até 80 mil metalúrgicos, em assembléias diárias, decidem a continuidade da luta, sem medo de intervenção do governo federal, dos camburões da tropa de choque ou dos helicópteros de exército que em visível provocação sobrevoavam as assembléias em vôos quase rasantes.

Desde 1977, o movimento sindical mostra claramente que está disposto a aparecer em cena como ator importante. Aproveitando uma informação publicada pelo Banco Mundial, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo começa uma campanha pela reposição de 34,1% nos salários, referentes a uma fraude nos índices de inflação cometida no auge da ditadura militar, em 73/74, pelo Ministro da Fazenda Delfim Neto, durante o Governo do General Garrastazu Médice. Começam a realizar-se grandes assembléias nos sindicatos.

No dia 12 de maio de 78 se inicia, na fábrica de caminhões Scania Vabis, em São Bernardo, a primeira de uma longa série de greves conhecidas como “as greves dos braços cruzados, máquinas paradas”. Neste tipo de greve, os trabalhadores permanecem nos seus postos de trabalho sem trabalhar. Em poucos dias, como rastilho de pólvora, a onda grevista atinge os metalúrgicos de São Paulo e dali chega a várias outras categorias. São fábricas, bancos, servidores públicos, motoristas, marítimos, professores, enfim, os trabalhadores do Brasil entram em cena para ficar.

As reivindicações são econômicas e políticas. Exigem-se aumentos para compensar os anos de arrocho salarial. Junto com isso luta-se por liberdade e autonomia sindical, direito de organização no interior dos locais de trabalho e direito de greve. O governo militar é repudiado pelos trabalhadores com uma palavra de ordem constante: “Abaixo a Ditadura Militar”.

Nas lutas isoladas de cada fábrica ou nas primeiras lutas de categoria, começa a fazer-se sentir nas bases a necessidade de unificação dos trabalhadores para poder ter maiores conquistas.

O ano de 1979 avança nesse sentido. A greve passa a ser uma experiência de camadas cada vez mais vastas de trabalhadores. Inicia-se a tradição de grandes greves de longa duração. São Bernardo tornou-se a referência da resistência operária para o Brasil todo. Lula, presidente dos Metalúrgicos de São Bernardo, passa a ser a liderança operária mais conhecida no país inteiro. Sob sua direção, os metalúrgicos de São Bernardo irão a repetidas greves anuais.

O 1º de maio de 1980, com Lula e toda a diretoria do sindicato presa, devido à intervenção no sindicato, é comemorado nas ruas de São Bernardo por 100 mil manifestantes, desafiando o impressionante aparelho repressivo.

Neste dia, no estádio Vila Euclides, trabalhadores do Brasil inteiro levaram sua solidariedade aos grevistas metalúrgicos de São Bernardo, parados desde 1º de abril, e que continuariam paralisados por mais 11 dias.

A união de classe se concretiza nessa grandiosa manifestação. A central dos trabalhadores estava nascendo das lutas de milhões de brasileiros.

Analisando a composição desta massa de trabalhadores, neste 1º de Maio podemos facilmente localizar todas as componentes que determinarão, a partir de 81, a CONCLAT, depois a PRÓ-CUT e finalmente a CUT.

Encontramos ali lado a lado representantes das oposições Sindicais, temperados por longos anos de luta, fora da estrutura sindical oficial, afinados na crítica ao velho sindicalismo pré-64: atrelamento, populismo, confusão ideológica. E representantes de sindicatos “autênticos” que aprenderam a fazer luta sindical no coração da própria estrutura sindical oficial, preocupados em levar na prática um sindicalismo combativo e de massas.

O terreno para a explosão das lutas operárias de 78 e para os passos posteriores de unificação do movimento operário brasileiro foi preparado por essas duas práticas diferentes. Duas práticas, duas elaborações políticas, duas revisões diferentes daquela pré-64. Diferentes. Porém as duas convergiam no que diz respeito à necessidade de um novo sindicalismo, autônomo e unificado a nível nacional.

*** OS DOIS AFLUENTES DO RIO DA CUT**

Para melhor entender as origens da CUT, e ao mesmo tempo entender porquê uma parte dos sindicalistas que estavam na 1ª Conclat em 81 e participaram da PRÓ-CUT acabaram se afastando, podemos usar a imagem de um rio formado por dois afluentes.

Na origem da unificação dos trabalhadores após a implantação da ditadura militar, temos dois afluentes desse rio.

Um dos afluentes é o RIO DAS OPOSIÇÕES, outro é o RIO DOS COMBATIVOS (os chamados autênticos). Eles vinham por caminhos diferentes. Em 78, no momento da efervescência da luta se encontram. As duas águas, de composição diferente, acabarão por se misturar e em 83 formarão o único rio: a CUT.

No desenho que representa esse fato, paralelamente ao rio dos autênticos, vê-se um outro rio. É como se fosse um sub-rio que sempre ficou ao lado, sem nunca se misturar realmente suas águas com o “rio-autêntico”. São os sindicalistas do bloco chamado, na época, de “bloco pelego-reformista”, e que chamavam à si próprios de bloco da “Unidade Sindical”. Aqueles sindicalistas próximos do PCB, PC do B e MR8, aliados a alguns pelegos tradicionais que estavam sendo empurrados, pela efervescência do movimento, a sair de seu imobilismo. Estes sindicalistas que compunham, na época, o “Bloco da Unidade Sindical”, se aproximaram

dos autênticos, mas não chegaram a uma unificação real. Os autênticos estavam reunidos numa outra articulação, a ANAMPOS, junto com as oposições sindicais.

Em 83, poucos dias antes do Congresso de fundação da CUT, o bloco da unidade sindical se recusa a participar e a partir daí toma outro rumo. Se reagrupa meses depois na Coordenação Nacional das Classes Trabalhadores (CONCLAT... o mesmo nome da conferência de 81!). Em 86 vai se estruturar na CGT, que dois anos depois se divide em duas CGTs (uma é a central, outra a confederação).

Há um pequeno riacho insignificante, ao lado destes dois maiores, que é a USI (União Sindical Independente...) que nunca existiu de fato. Esta foi uma tentativa de setores mais conservadores do sindicalismo de se reagruparem a margem do movimento real dos trabalhadores.

No começo da década 1990, na realidade só sobraram 2 grandes rios: de um lado a CUT e do outro a Força Sindical criada no início de 1991, que na verdade é o escoadouro natural da inexpressiva USI e da maioria dos sindicatos ligados às CGTs. o que havia de vivo, nas CGTs, já tinha caído fora , como foi o caso da corrente sindical classista, que em 1990 se integrou na CUT, por decisão de um congresso com mais de dois mil delegados. Também uma parte do PCB, entrou na CUT, se constituindo numa das suas tendências internas, a Unidade Sindical. Alguma outra migração pode ainda se dar. Mas o campo está definido: duas são as centrais sindicais da década 1990, a CUT e a Força Sindical.

6 - O NOVO SINDICALISMO E O SURGIMENTO DA CUT.

PRIMEIROS PASSOS

Em 1979, algumas lideranças sindicais, dirigentes de sindicatos mais significativos no momento, se encontraram formando uma articulação denominada “Unidade Sindical”. Participavam dessa articulação: dirigentes reformistas, dirigentes ligados ao PCB, lideranças denominadas, na época, de “autênticos”.

No final do ano, os autênticos se retiraram da articulação devido a uma manobra por parte das outras lideranças no sentido de controlar a articulação.

Em 1980, se realizam dois encontros significativos: o Encontro das Oposições Sindicais e, precedido de encontros estaduais, o ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical).

O nome já definido o objetivo desses encontros. Deles participaram as oposições sindicais e os dirigentes “autênticos”. Estes, inicialmente, apresentaram algumas divergências políticas. Mas, o ENTOES serviu para aproximar as oposições sindicais e os autênticos e dar um rumo á articulação para formar a Central Sindical.

Em seguida, numa série de encontros, onde participavam dirigentes sindicais de vários matizes ideológicos, os autênticos, militantes de oposições, sindicatos e das pastorais da igreja, elaboraram um programa sindical unitário definindo os princípios comuns e

fundamentais do novo sindicalismo. Foram os encontros de João Monlevade(MG), e São Bernardo(SP).

A partir de uma articulação entre vários dirigentes sindicais, foi convocado para 1981 a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT. A CONCLAT marcou o ponto de partida para a estruturação das centrais sindicais. Dela participaram mais de 5.000 delegados de todo país, numa demonstração clara da vontade política de reconstruir o movimento sindical.

Nessa conferência, apareceram logo as principais divisões que se polarizaram em duas frentes: a “Unidade Sindical” representada pelos sindicalistas reformistas e sindicalistas ligados ao PCB, PC do B e MR8 e a “ANAMPOS”(Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais) que reunia os sindicalistas autênticos, as oposições sindicais, as esquerdas trotskistas e outras dissidências do PCB e do PC do B.

A CONCLAT conseguiu manter uma unidade orgânica ao eleger a Comissão Nacional Pró - CUT(Pró - Central Única dos Trabalhadores), composta paritariamente de sindicalistas das duas correntes. A tarefa principal da Pró - CUT era organizar para o ano seguinte o congresso de fundação da CUT.

Em 1982, porém, não foi realizado o congresso, pois a maioria da Pró - CUT considerou que não havia condições porque era um ano eleitoral.

Em 1983, a maioria da Pró - CUT, ligada á Unidade Sindical, decidiu adiar de novo o congresso, apenas da maioria dos congressos estaduais terem decidido realizá-lo. O ponto de impasse que serviu de desculpa para tal posição foi a questão do critério de escolha dos delegados para o congresso.

A Unidade Sindical defendia a presença de delegados de entidades sindicais, pois a presença de delegados de oposições sindicais e associações pré - sindicais estava sujeita á manobras e, portanto, não era representativa. De fato, tais delegados nem sempre eram representativos de suas categorias.

A ANAMPOS defendia a presença de tais delegados porque não se podia excluir a representação da parte mais combativa do movimento sindical, onde a maioria das direções sindicais, protegidas pela legislação fascista e a repressão policial, não eram realmente representativas dos trabalhadores, e sim da ditadura.

O motivo do impasse era sério: sua superação não foi possível porque o que estava em jogo era o controle da direção da CUT que deveria ser fundada nesse congresso.

AS CENTRAIS SINDICAIS

O setor ligado á ANAMPOS, então, decidiu realizar o congresso mesmo sem a participação de toda a Pró-Cut. Em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), mais de 5 mil delegados discutiram os Estatutos da Central Sindical e suas bandeiras de luta. Fundarão, então, a CUT, Central Única dos Trabalhadores.

O congresso definiu que o objetivo da CUT é a luta pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Para alcançar isso a CUT deve ser uma central classista, livre, autônoma e independente dos patrões, estado, partidos, credos religiosos, democrática, de base e de massa. Sua luta será pela independência econômica, política e organizativa, procurando a união da classe e a colaboração com todos os movimentos populares e sociais democráticos pela conquista das liberdades democráticas.

A CUT, então, partiu para um trabalho de construção e estruturação das CUTs estaduais e regionais, com objetivo de tornar realidade a organização horizontal da classe, mesmo se a nova estrutura a ser construída e sua estratégia ainda não estivessem bem definidas.

A fundação da CUT representou o rompimento definitivo de parte do movimento sindical com a estrutura sindical atrelada e corporativista, um desafio aberto à ditadura e à classe dominante. A CUT e seus militantes então passaram a ser pressionados, pelo governo e a burguesia, sobretudo na área rural.

O setor ligado à Unidade Sindical, então, decidiu realizar seu Congresso, em novembro do mesmo ano. A fundação da CUT, que tinha pretendido evitar, se tornava um problema muito sério, pois, esse setor defendia a unidade estrutural do movimento sindical. O congresso serviu para rearticular seus participantes e elegeram uma Coordenação Nacional, evitando fundar uma nova central sindical. Era uma solução provisória que acabaria na fundação de uma nova central sindical no congresso seguinte, em 1986 a CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

A característica desse setor era sua composição heterogênea: conviviam sindicalistas com uma visão claramente classista, ligados sobre tudo ao PCB, PC do B e MR8, e sindicalistas reformistas, com uma visão mais economista do sindicalismo. A unidade desse setores era baseada fundamentalmente pela necessidade de se opor à CUT e no objetivo de procurar manter uma unidade estrutural acima das divergências ideológicas e políticas.

O setor mais conservador e reacionário do movimento sindical, sentindo que estava perdendo espaço, decidiu então formar outra central sindical “apartidária”, a União Sindical Independente (USI), com o objetivo de defesa dos interesses exclusivos da classe trabalhadora. Tal central articulada exclusivamente a partir de dirigentes sindicais sem consulta alguma às bases, só serviria para as manobras da classe dominante quando pretendia impor um pacto social à classe trabalhadora.

A fundação e definição inicial das centrais sindicais se deram numa época de profunda recessão econômica. As massas de trabalhadores ficaram, praticamente, alheias desses acontecimentos e das discussões e definições tomadas pelas vanguardas. Mesmo assim, esses fatos foram fundamentais para o avanço da classe trabalhadora em seu conjunto.

Além das divergentes propostas ideológicas, das diferentes concepções sindicais, a tarefa de derrubar uma estrutura sindical pelega e corporativista, fortemente estruturada e protegida pelos patrões, governo e legislação, colocavam, a toda hora,

dificuldades enormes que aumentavam as divisões entre as centrais e as vanguardas. Romper com os dirigentes pelegos ou tentar atraí-los para a luta? Romper radicalmente com a estrutura sindical ou reformá-la? Manter uma unidade estrutural definida em lei, a unicidade sindical, ou tentar construir uma unidade na liberdade, ou partir para o pluralismo sindical, conforme propostas e concepções diferentes?

Essas e outras questões que se colocaram para o movimento continuam questões abertas e são desafios até hoje.

A luta pela liberdade e autonomia sindical era parte da luta pela liberdade e democracia em todos os setores da vida social, política e econômica. Por isso o movimento sindical foi parte integrante e de primeira importância nessa luta da sociedade civil. Isso implicou numa relação muito estreita com as outras instituições da sociedade civil, sobre tudo o movimento popular, as igrejas e os partidos. Muitas vezes, a militância envolvia a participação das mesmas pessoas em várias destas instituições simultaneamente.

7 - O SINDICALISMO DE RESULTADOS E FORÇA SINDICAL

O sindicalismo de resultado nasceu, inicialmente, da confluência de duas atuações sindicais que vivenciaram trajetórias distintas e que, num dado momento, na segunda metade da década de 1980, abraçou o mesmo projeto. Sua liderança mais significativa é, de longe, Luís Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Sua outra liderança é Antônio Rogério Magri, na época presidente do sindicato dos Eletricistas de São Paulo. O primeiro, ex-militante do PCB, abandonou este partido para liderar “um novo projeto de sindicalismo”; o segundo, moldado desde cedo num setor - o energético - então monopolizado pelo capital estrangeiro, pela Light.

A confluência da atuação destes dois líderes sindicais permitiu a formação, no Brasil, de uma nova direita no movimento sindical, distinta do velho peleguismo e perfeitamente inserida na onda neoliberal que penetrou também no movimento sindical em nosso país. Alguns dos pontos centrais do seu ideário são: reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolarem este âmbito da luta; o papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculadas da ação sindical; o Estado deve reduzir-se a sua ação, em favor de uma política privatizante. Estes pontos básicos, aliados a uma estratégia que recusa o confronto e procura extrair resultados imediatos nas ações práticas, aciculadas para que não extrapolem o âmbito da negociação, conformaram uma feição neoliberal e, portanto burguesa, no seio do movimento sindical brasileiro. Por isso, dizíamos, é algo muito distinto do peleguismo (sempre atrelado ao Estado e dele porta-voz) e conforma o que caracterizamos como sendo a nova direita no movimento sindical. Ela opera, a nível sindical uma espécie de mescla entre o neoliberalismo - onde predomina - mantendo pontos de contatos com a direita

da social-democracia. Este é o âmbito e o campo ideológico onde o sindicalismo de resultados opera e atua.

A reprodução de algumas indicações deste ideário nos permite elucidar os seus significados. Conforme disse Luís Antônio Medeiros, em entrevista à Folha de S. Paulo (20/08/1987): “Eu acho que o capitalismo venceu no Brasil...Eu quero a divisão das riquezas e a minha briga não é pela mudança do regime”. E quanto ao papel dos sindicatos: “O sindicato é um fator de mercado e deve, portanto, valorizar o preço de mão-de-obra”. E acrescenta: “O trabalhador brasileiro não é contra o lucro, não é contra a existência de empresas. O que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas. Não é tomar as empresas, não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é a participação nos lucros”.

É, como se pode ver, a expressão politizada e articulada do culto da contingência. A natureza da classe operária é identificada com a sua consciência contingente. Aquilo que é circunstancial na consciência de parcelas do operariado adquire a confirmação plena de uma política mantenedora da ordem. O que setores do operariado espontaneamente pensam e elevado à dimensão de seu projeto de classe, que também está preso a contingência. E isto dito por alguém que, formado pela esquerda tradicional, não teve receios em dizer que “a experiência da Comuna de Paris tem que ser resgatada, porque a Comuna da Paris foi a nossa luta”. (Folha de São Paulo - SP, 20/08/1987).

E, quanto aos caminhos a serem trilhados neste ideário e nesta ação sindical, acrescentou: “o que nós estamos procurando são caminhos novos. Mas eu diria que todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista. Porque qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. Valorizar. Mas, a medida que ganham mais, compram mais, e assim o comércio vende mais, a indústria vende mais e eu crio o mercado interno. Se crio o mercado interno estou fortalecendo o nosso capitalismo”. E, tecendo comentário aos partidos, acrescentou: “Acho que está havendo no Brasil certa reação à excessiva política partidária existente nos sindicatos. Esse negócio chegou a nos exaurir. Não está dando resultado, não está trazendo conquista. Nossa reação é de certa forma, para estilhaçar. E pode parecer alguma coisa como o sindicalismo norte-americano. Mas o meu ideal não é nem o norte-americano, mas o alemão. São os sindicatos mais fortes, mais potentes”. (Folha de São Paulo, 20/08/87).

O aparente apoliticismo de Medeiros faz coro com a crítica vulgarizada. Perguntado pelo *Jornal do Brasil* a respeito do Pacto, asseverou: “só se for com todo mundo metendo a mão na massa. Principalmente os políticos, esse bando de irresponsáveis que só querem saber de lucrar e ganhar eleições”. (JB, 14/05/89). E, ao discorrer sobre as greves, completou: “a greve tem que ser a última saída. O problema é que falta sensibilidade aos empresários. O patronato não é muito chagado a um diálogo. É deblaterando com setores à esquerda, acrescentou: “os trabalhadores têm que resistir à intransigência dos patrões e segurar irresponsáveis como o pessoal da Convergência Socialista e da Libelu. Eles ainda não

tiraram a luta armada da cabeça, quando nós já estamos até saindo da era do computador... É preciso isolar os grupelhos de ultra-esquerda e de ultra-direita”.

Vale ainda lembrar que, além de utilizar-se de todos os elementos presentes na estrutura sindical, a ação de Luís Antônio de Medeiros foi sempre ao sentido de desestimular os confrontos, de realizar acordos individuais e isolados. Enquanto o conjunto do movimento sindical realizava a greve geral de março de 1989, Medeiros negociava isoladamente acordos por empresa. Este é o porquê da denominação “sindicalismo de resultados”. É nítido, entretanto, que falta um chão social duradouro para a vivência deste sindicalismo. Isto supõe uma burguesia com traços de civilidade e efetivamente disposta a fazer concessões reais. O que não parece ser o nosso caso, um país de capitalismo hipertardio e que tem sua dinâmica fundada na simbiose entre grande produtividade e sub-remuneração da força de trabalho. A crise do “sindicalismo de resultados” será, portanto, decorrência da própria vigência de um modelo que não permite resultados para os trabalhadores.

O caso de Magri é de maior rusticidade. Modelado pela concepção sindical *trade-unionista* norte-americana, na sua variante mais à direita, encontrou no pequeno núcleo de trabalhadores da antiga Light a base de sustentação de sua política sindical. Foi a ponta “norte-americana” no sindicalismo brasileiro. Sua opção por Collor, na eleição presidencial de 1989, e sua indicação para o Ministério do Trabalho só confirmam sua “trajetória anterior”. Na reconfiguração sindical Magri separou-se de Medeiros, em fins da década de 80 e início de noventa. Ficou na CGT, enquanto Medeiros fundou a Força Sindical.

A fundação da Força Sindical (que contou com o apoio de cerca de 300 sindicatos, duas confederações e vinte federações), no início de 1991, caminha no sentido de consolidar o projeto neoliberal do sindicalismo de resultados. Medeiros conseguiu, a frete desta nova Central, articular vários setores que anteriormente davam sustentação às CGTs. Estas deverão definharem de maneira ainda mais intensa, fazendo com que muitos de seus quadros sindicais migrem cada vez mais para a Força Sindical, de modo que já é possível prever um quadro onde duas centrais disputarão o cenário sindical brasileiro: a CUT e a Força Sindical.

Fazendo aqui e ali concessão para incorporar setores sindicais egressos da esquerda tradicional, o Manifesto de criação da Força Sindical reafirma, entretanto, os aspectos fundamentais do sindicalismo de resultados: “a criação de uma Central Sindical moderna e ativa - a Força Sindical - surge, nesse contexto de crise e mudanças, como uma necessidade imperiosa. Tanto os trabalhadores quanto a sociedade como um todo necessitam, precisam, exigem uma central sindical que não seja ‘revolucionarista’, de um lado, ou submissa, de outro. Uma Central que não seja, de um lado, apenas sustentação de algum projeto estatal ou, de outro, inimiga visceral do Estado quanto do empresariado. Os idealizadores da Força Sindical acreditam que neste mundo que assiste as mudanças radicais nos esquemas ideológicos, políticos e econômicos, é preciso lutar por um modelo de sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e progressista”. Nem mesmo à nível discursivo há alguma restrição ao capitalismo. Na verdade objetiva-se a “Justiça social, através

da redistribuição de renda, com participação dos trabalhadores nos lucros e nas decisões das empresas...”. Pretende, como consta da sua Carta de Princípios, a “busca permanente de um entendimento nacional, através de uma postura crítica e construtiva, e com base, sempre, em uma negociação de caráter político geral” (Conforme o Manifesto “Nasce uma Nova Força - Força Sindical”).

O sindicalismo de resultados estampa, pois, uma nova direita em gestação no movimento sindical brasileiro.

A nova direita não pretende confundir-se com o sindicalismo que sustentou o peleguismo. Procura introjetar e introduzir o ideário neoliberal no mundo da representação do trabalho. E, flerta também com a direita da social-democracia européia.

Mais a gênese e a atuação do sindicalismo de resultados possibilitaram uma ideologização mais expressiva do movimento sindical. A direita saiu da defensiva; não precisa mais do peleguismo. Ideologizou e “mordenizou” o seu discurso. Metamorfoseou-se. E quais serão as respostas da esquerda sindical? Veremos isso um pouco adiante. Antes, é preciso analisar as transformações (e permanências) ocorridas a partir da promulgação da Constituição de 1988, no capítulo que se refere à estrutura sindical.

8 - CONCEPÇÕES PRESENTES HISTORICAMENTE NO MOVIMENTO SINDICAL.

CONCEPÇÕES SINDICAIS

A luta entre concepções no interior do sindicalismo não é nova. Desde o surgimento dos sindicatos, que ela se manifesta - ora com mais ora com menos intensidade, dependendo de vários fatores. Alguns a encaram como algo extremamente negativo, que atrapalha a unidade dos trabalhadores - já que as várias correntes se digladiam numa luta intestina. No nosso estender, essa disputa não é nem positiva nem negativa. Ela é natural. Faz parte da própria natureza dos sindicatos, que procuram representar o conjunto dos trabalhadores.

Pode-se dizer que o sindicato é o campo fértil de idéias e de luta entre as várias propostas existentes em seu meio. Querer impedir essa disputa de concepções, de forma artificial, fere a própria essência do sindicato e representa a sua negação, resultando num tipo de partidização. Mesmo para combater o tendencismo, que seria o extremo negativo da disputa natural de correntes, é necessário democratizar as discussões no interior dos sindicatos. Só dessa maneira se contribui para a educação da classe, que, na polêmica, vai se posicionar sobre as propostas que mais lhe interessam. A luta pela hegemonia, que está presente em toda a vida social, manifesta-se com força nos sindicatos e não se pode temê-la ou negá-la.

TRADEUNIONISMO

Uma das primeiras concepções a ganhar destaque no meio sindical foi a tradeunionista. O próprio nome indica que ela surgiu no interior das trade unions da Inglaterra - e isso no final do século passado. Fatores de ordem econômica e política explicam o florescimento dessa corrente sindical. Num primeiro momento, as trade unions se caracterizaram pela combatividade e heroísmo de seus integrantes - que atuaram na clandestinidade, sofreram, violentas perseguições a dirigiram as primeiras greves do novo sistema social. Através de memoráveis lutas, ganharam respaldo e conquistaram a legalidade.

Entretanto, a Inglaterra, como “berço do capitalismo”, passou por intenso desenvolvimento econômico. Enquanto no restante dos países ainda imperava o modo de produção feudal, baseado no atraso do campo, a burguesia inglesa já passava pelo progresso gigantesco da revolução industrial. Acumulando capital, essa nova classe passa a interferir no mundo. Inicia-se a fase caracterizada por Lênin como o imperialismo, no estágio superior do capitalismo. A burguesia inglesa internacionaliza o seu capital, em busca de inúmeras vantagens.

Nos países atrasados, os grupos industriais da Inglaterra podiam contar com uma mão de obra barata, desorganizada. Na matriz, as trade unions já questionavam a exploração capitalista. Nesses países coloniais, também havia a vantagem da fatura de matéria-prima e a própria existência de um mercado de consumo ainda virgem. Na Inglaterra, a disputa por fontes de matéria-prima e a concorrência na venda das mercadorias aumentam as dificuldades dos empresários. Além disso, nos países atrasados era mais fácil dirigir os governos, que serviriam como testas-de-ferro para implantar políticas de interesse do capital inglês - via subsídios, construção da infra-estrutura necessária, etc.

Por último e o que mais importa na discussão sobre a origem do tradeunionismo - a exploração dos países coloniais permitia à burguesia inglesa obter altas taxas de mais-valia. Esse recurso extra vai possibilitar certa distribuição dos lucros para parcelas do operariado inglês. Desta forma, a burguesia da Inglaterra podia amainar os conflitos na matriz, deslocando-os para as suas novas colônias. Essa distribuição de “migalhas”, obtidas em decorrência da super-exploração nos países atrasados, vai resultar no surgimento de uma parcela de trabalhadores com maior poder aquisitivo na Inglaterra - que Engels chamara de “aristocracia operária”.

Essa parcela “aburguesada” de trabalhadores é que vai ser responsável pela mudança de comportamento do sindicalismo inglês. Aos poucos, nasce e se consolida uma nova concepção sindical - o tradeunionismo, que é uma corrente típica dos países mais avançados do capitalismo. Nos setores de ponta da economia, que mais preocupavam e que foram beneficiados pela burguesia, começaram a se manifestar opiniões em defesa do próprio sistema capitalista. Nas mesmas bases sindicais, que tiveram papel de relevo nas primeiras lutas contra a exploração, surgem lideranças que justificam o saque das nações dependentes.

O pragmatismo é uma das principais características dessa concepção sindical. Com o objetivo de manter as “migalhas”, o tradeunionismo nega a luta de classes, deixa de questionar a própria lógica exploradora do capital. Para ele, o que importa é o crescimento do capitalismo, sua difusão pelo mundo enquanto sistema imperialista. Para garantir esse avanço, essa tendência procura suavizar os conflitos. **Ela prega abertamente a conciliação de classes.** Seu interesse é unicamente pela conquista de pequenas melhorias imediatas. **Daí sua pregação economicista,** que rejeita qualquer confronto político com o sistema em vigor.

Em decorrência dessa concepção, o tradeunionismo se contrapõe às greves, procurando evitá-las. A central sindical inglesa, a TUC (Trade Unions Congress), hegemônica por essa corrente, vai inclusive condenar inúmeras paralisações de trabalhadores, colocando-se ao lado do patronato. Para obter pequenas vantagens econômicas, **as trade unions vão priorizar as negociações, em detrimento da pressão organizada das bases sindicais.** Isso resulta numa prática cupulista, que afasta as entidades sindicais das massas assalariadas. Além disso, **essa concepção vai utilizar como tática o lobby político,** pressionando os parlamentares - **sem distinção de ideologias e partidos.** As trade unions vão se contrapor à formação de um partido revolucionário, que lute contra o sistema capitalista. Com o tempo torna-se apêndice de um partido de concepção burguesa - o Labor Party (Partido Trabalhista). Os sindicalizados são automaticamente contabilizados como filiados dessa agremiação partidária.

É preciso ter claro que a parcela aburguesada, a “aristocracia operária” era minoritária mesmo na Inglaterra. Apenas alguns segmentos, principalmente dos fatores de ponta da economia, são contemplados pelo saque imperialista. No restante, persistem as péssimas condições de trabalho e salário. Para esses, as trade unions adotam uma postura de discriminação. Cada vez mais, **o sindicalismo inglês passa a representar apenas os setores aburguesados. Há uma forte tendência ao corporativismo, com os sindicatos encaminhando as reivindicações puramente profissionais dos trabalhadores dos setores mais dinâmicos da economia** - em especial dos operários especializados. O sindicalismo tradeunionista inclusive se procura apenas com os sindicalizados, deixando o restante na marginalização. Os interesses da minoria organizada vão se contrapor aos do conjunto da classe. Predomina a defesa mesquinha dos interesses de algumas categorias de ponta, o que é resultado de uma maior divisão da classe.

Sob direção da corrente tradeunionista, o sindicalismo inglês - e posteriormente o movimento sindical de outros países imperialistas - adotam em vários momentos da história uma postura nacional-chauvinista. Defende os interesses da burguesia local, a exploração dos trabalhadores dos países dependentes. Essa característica ficará mais nítida nos períodos de guerras - em especial nas duas grandes guerras mundiais. Essa proximidade de concepção entre o patronato e os sindicalistas tradeunionistas terá como consequência um maior vínculo, inclusive orgânico, entre o capital e trabalho. Em vários países onde essa concepção ganhou hegemonia, os sindicatos passaram a ter negócios empresariais,

tronando-se ricas instituições. Deu-se início ao chamado “business union”- sindicalismo de negócios. A central sindical americana vai comprar logo no início desse século, terras na Flórida e ações de várias empresas, utilizando-se para isso das pensões dos assalariados por ela administradas.

Em síntese, pode-se afirmar que as principais características da corrente tradeunionista são as seguintes: **defesa do sistema capitalista, pragmatismo, economicismo, negação da luta de classes, corporativismo e cupulismo**. Em decorrência desse comportamento, o sindicalismo hegemônico por essa tendência terá sua história manchada por vários acontecimentos negativos. Evidente, que no decorrer da sua trajetória, ocorrerão situações diferenciadas - fruto de acontecimentos políticos e econômicos marcantes. No processo da II Guerra Mundial, por exemplo, a TUC inglesa e parte do sindicalismo norte-americano, tendo a frente a CIO (Congress Industrial Organization), defendem a constituição de um frente antinazista - refletindo a própria postura de seus países na constituição das forças aliadas.

No entanto, o que se observa no geral é a manutenção da mesma concepção - o que resulta em várias iniciativas contrárias aos interesses dos trabalhadores. As conseqüências da prática tradeunionista ficam mais nítidas no estudo do sindicalismo do EUA, a principal potência imperialista desse século. Antes do desenvolvimento industrial desse país, o sindicalismo americano se caracteriza por uma prática de combate ao capital. Em 1866 é fundada a União Nacional do Trabalho (National Labour Union), organizada por G. Sylvis, que dirigirá importantes greves e pedirá filiação a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Muitos dos fundadores dos sindicatos americanos nessa época são assassinados e perseguidos pela polícia e pelas milícias privadas dos patrões - como o conhecido bando “pinkerton”. Nesse sentir inclusive na federação Americana do Trabalho - a famosa AFL (American Federation of Labour), fundada em 1886.

Ocorre que os EUA vão passar por um intenso processo de desenvolvimento capitalista. Já no final do século passado, põe um intenso processo de disputa a hegemonia econômica com a Inglaterra e outras potências. Aos poucos, os EUA se transformam também numa potência imperialista - investindo contra a soberania das nações mais frágeis. Primeiro, conquistaram as antigas colônias espanholas na América Central. Depois, tendo acumulado capital o suficiente, passam a dominar nações do próprio continente e de outras partes do mundo.

A conseqüência desse crescimento, do ponto de vista do sindicalismo americano, é a constituição também de uma aristocracia operária nos EUA. Aos poucos, o movimento sindical abandona sua tradição de luta. A concepção tradeunionista derrota a anarquista, principalmente nos sindicatos representativos dos trabalhadores dos setores de ponta da economia. Samuel Gompers, fundador da AFL, ativamente das atividades da Associação Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional, fundada por Marx e Engels. Ele inclusive se dizia um “marxista” e teve como conselheiro o militante de formação F.A. Sorge,

correspondente de Karl Marx nos EUA. Com o processo de formação do império americano, muda radicalmente de concepção.

Gompers será ideólogo do tradeunionismo nos EUA. Para ele, os sindicatos não devem mais questionar o sistema. Pelo contrário, devem contribuir para o seu crescimento. **“O papel dos sindicatos é de simples regulador da mercadoria trabalho”**, afirma . Outro dirigente da central americana, Jonh Lewis, dará definição mais precisa da visão tradeunionista. **“O sindicato é parte integrante do sistema capitalista. Ele é um fenômeno capitalista tanto quanto a sociedade anônima. Um reúne operários objetivando uma ação comum na produção e na venda; a outra agrupa capitalistas que tem a mesma finalidade. O objetivo econômico é o mesmo para ambos: o lucro”**. Em seu pragmatismo, o movimento sindical americano apoiará a tomada do poder, em novembro de 1917.

O processo de burocratização do sindicalismo norte-americano é marcante. Os contratos coletivos de trabalho são celebrados pela cúpula da AFL-CIO, sem qualquer consulta a base. O número de sindicalizados não correspondente a 1/3 da mão de obra. As taxas de inscrição e a mensalidades do sócio são altas. Os dirigentes da AFL-CIO é que designam as direções das entidades intermediárias e locais. As assembléias são espaçadas - as vezes ocorrem anos entre uma e outra. A corrupção campeia na direção dos principais sindicatos nacionais e na AFL-CIO, Os cargos de direção são regiamente pagos. Há também notórias vinculações, até hoje, com a Máfia.

Com sua política imperialista, a AFL apoiou o envio de tropas quando do cerco contra os revolucionários russos, na guerra civil que se estendeu de 1918 a 1922. Ela também apoiou a invasão do Vietnã para “defender o bem estar dos trabalhadores americanos”. A resolução de “apoio incondicional” foi aprovada no congresso de San Francisco, em 1965. Nesse caso, chegou a orientar os sindicatos nacionais a tornarem suas sedes centro de alistamento militar. No último período, apoiou, discretamente, os contra da Nicarágua, condicionando esse apoio a mudanças na política social do governo Reagan, Em decorrência dessa identidade com a política imperialista do governo dos EUA, o departamento de relações internacionais da AFL-CIO coleciona denúncias sobre seus vícios com a CIA. Joy Lovestone, acusado de ser agente pago da agência de espionagem, foi durante quase três décadas o responsável por este departamento. A AFL-CIO também cria instrumentos para interferir na política de outros países, como o IADESIL - que é uma entidade tripartite, dirigida pela central sindical, o governo dos EUA e a entidade patronal Council of América.

A história do sindicalismo americano é marcada por dois momentos. Um primeiro, antes dos EUA se transformarem numa potência imperialista, que se caracteriza por uma ação combativa. Na jornada internacional de luta pela redução da jornada para oito horas diárias, em 1886, ele terá papel de destaque. Cerca de 5 mil greves ocorreram nesse ano em torno dessa reivindicação - inclusive a greve de Chicago, que deu origem ao 1º de maio.

Depois, a partir do final do século passado, o sindicalismo passa a ser hegemonizado pela corrente tradeunionista. Há disputa de posições. As correntes mais a

esquerda, anarquistas e socialistas, fundam em 1905 a Industrial Workers of the Word (IWW), que às vésperas da primeira guerra mundial congrega mais de 2 milhões de filiados. Essa entidade é dilacerada pela disputa entre anarquistas e comunistas e, em 1912, é dissolvida pelo governo.

Quando da quebra da bolsa de 29, que significou profunda depressão econômica, trabalhadores formam sindicatos por ramos de produção - contrariando orientações da AFL, que defendia as entidades por profissões, apenas trabalhadores qualificados. Através de acordo com a Máfia, os burocratas sindicais garante certa estrutura financeira e o afastamento viam gangsters, das lideranças mais combativas. Al Capone confessa, em seu julgamento, que a Máfia realiza contrabando via sindicatos e que possui um membro no comitê executivo da AFL. Fruto do acirramento da luta de classes nesse período de crise do capitalismo surge em 38 a CIO - uma central de oposição à AFL e com posições mais combativas, sob liderança do líder mineiro John Lewis. Ela se estrutura por ramo de produção, opõem-se a discriminação racial e defende a participação política dos trabalhadores. Ela chega a ter mais de 5 milhões de aderentes. Durante a II Guerra, alia-se aos sindicatos soviéticos na luta contra o nazi-facismo. Já a AFL montam nos EUA os comitês em defesa de Hitler

O clima de guerra fria, as perseguições do governo no período do mercantilismo e as disputas internas da CIOLS vão enfraquecê-la, a partir da década de 40. Ela se retira da FMS (Federação Sindicalista Mundial) e funda, juntamente com a AFL e os sindicatos dirigidos pela social-democracia, a CIOLS (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) - em dezembro de 49, no congresso de Bruxelas. Em 55 é completada a fusão com a AFL.

Outro caso é o Japão. A pós a II Guerra, o país fica sob intervenção dos EUA. O sindicalismo que era conhecido por sua prática combativa, com grande influência de revolucionários, é violentamente reprimido. E, 46/48 ocorrem os famosos “expurgos vermelhos”, quando cerca de 10 mil sindicalistas são presos e afastados da vida sindical. Há também a introdução do pluralismo sindical, o que gerou uma fragmentação em mais de 78 mil sindicatos - muitos deles por empresas.

Em Israel, A Histradut é o segundo maior patrão do país, cabendo ao Estado o primeiro lugar. Ela emprega cerca de 250 mil assalariados. Seu holding, Hevrat Ovdim, possui cerca de 600 fábricas e estabelecimentos comerciais. Em 85 estas empresas foram responsáveis por 25% de produto interno bruto, por 2/3 dos bens manufaturados e por 85% da produção agrícola. O bando Hapoalin, o segundo maior do país, é da central sindical. Estas empresas exploram a mão de obra palestina, que é remunerada em cerca da metade do salário israelense.

Já na Alemanha, a DGB dirige a holding BDSG, que controla várias empresas e empregava, em , 82, mais de 40 mil assalariados. O BFG, segundo informações de 71, era o maior banco do país. E a Neue Heimat é a companhia de construção urbanas da Europa.

ANARQUISMO

Diferente da concepção tradeunionista, que surge e ganha fôlego nos países mais desenvolvidos, a corrente anarquista terá maior destaque nas nações em que o processo de industrialização foi mais lento. O atraso dessas economias dará impulso à concepção anarquista, que expressa a revolta dos antigos artesão e oficiais. Estes, com o avanço da industrialização, foram despojados de seus instrumentos de trabalho e tiveram que ingressar no trabalho fabril, proletarizando-se. Nos países mais atrasados, como a França, a Itália e a Espanha do final do século passado, as burguesias locais não possuíam capital acumulado o suficiente para uma rápida expansão. As indústrias eram frágeis, dispersas. Para acumular capital e impulsionar a industrialização, a burguesia se utilizava de mecanismos mais bárbaros de exploração - o que gerava como consequência, violentas explosões de revoltas dos operários, que trabalhavam em fábricas dispersas e pequenas, sem qualquer concentração. Essas condições econômicas criaram um terreno fértil para o crescimento da concepção anarquista.

A palavra anarquia tem sua origem do vocabulário grego - *an* significa negação, ausência, e *arquia*, poder, governo. O anarquismo preconizava a abolição total do estado, com o fim das leis, dos partidos, da religião, etc. “O poder exerce, por sua própria natureza, uma influência perniciosa”, afirmou o inglês William Godwin (1756-1836), um dos primeiros formuladores dessa doutrina social.

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) foi o grande ideólogo e divulgador dessa doutrina. Em sua clássica definição do capitalismo, afirma que “a propriedade é um roubo”. Defende uma nova sociedade, autogestionária, formada por produtores livre da cidade e do campo. Estes se reuniram em cooperativas e comunas e faziam a gestão da economia de forma autárquica. Apesar de aparente radicalidade de sua proposta, Proudhon adotará uma estratégia reacionária para atingi-la. Diz que a sociedade autogestionária será alcançada através da ajuda da própria burguesia, que, via “bancos populares” e o crédito gratuito, financiaria as iniciativas dos trabalhadores com vistas a se tornarem produtores livres.

Proudhon será radicalmente contra as greves e ficará criticando às jovens organizações sindicais de trabalhadores. Na sua obra mais conhecida, “Filosofia da Miséria”, será enfática: **“A greve dos operários é ilegal, e não só o Código Penal que o diz: é o sistema econômico, é a necessidade da ordem estabelecida... Que cada operário, individualmente, goze da livre disposição da sua pessoa e dos seus braços, é a coisa que se pode tolerar. Mas que os operários procurem, por meio de associações, violentar a liberdade e o direito dos patrões, é o que a sociedade não pode permitir. Aplicar a força contra os patrões, desorganizar as oficinas, paralisar o trabalho, pôr sob ameaça o capital, significa conspirar uma ruína geral. As autoridades que mandam assassinar os grevistas de River-de-Giex sentiram-se profundamente infelizes. mas atuaram como o antigo Brutus, que se viu**

obrigado a escolher entre o amor ao pai e o dever ao cônsul. Impunha-se sacrificar os seus filhos, para salvar a república.

Em outro texto, dá sua opinião sobre os sindicatos. **“A lei que autoriza associações é fundamental antijurídica, antieconômica e contrária a todo o regime social e a toda ordem... Repudio, em especial, a nova lei, porque a associação, com o propósito de aumentar ou diminuir os salários, é absolutamente igual à associação com o propósito de aumentar ou diminuir os preços dos víveres e da mercadorias”**, Para se contrapor às idéias de Proudhon, que **“seduziam e corrompiam a juventude dourada e depois os operários, principalmente de Paris”**, Karl Marx, ideólogo do Comunismo, escreverá o livro **“Miséria da Filosofia”**.

O russo **Michael Bakunin (1814-1876)**, de origem aristocrática, é quem dará um novo impulso ao anarquismo. Dizendo-se discípulo de Proudhon, negará a sua formula reacionária e utópica para atingir a sociedade autogestionária. Ele se dá conta das aberrações produzidas por seu mestre. **“Proudhon, apesar de todos os esforços para se colocar no plano da realidade, continuou sendo idealista e metafísico”**, raciocina. Afirmando total descrença diante da burguesia, defenderá uma postura de combate dos trabalhadores contra o capital. Essa concepção passa a ser conhecida como anarco-sindicalista. Ela prega a intensificação da luta de classes contra o capital. Para Bakunin, **“a greve é tudo”** e os sindicatos **“são os únicos instrumentos de guerra verdadeiramente eficaz”**. Ele também prega o uso da sabotagem, do boicote e da ocupação das fábricas como formas de luta dos trabalhadores. o ponto alto desse combate global seria a greve geral, que inviabilizaria o sistema e possibilitaria o surgimento da sociedade acrata. As entidades sindicais inclusive seriam os embriões da nova sociedade autogestionária.

Com as idéias de Bakunin, o anarquismo ganha base no meio operário. Em países de economia frágil, onde impera a super-exploração da mão de obra, a sua proposta de radicalização das lutas encontra ressonância. Para essa concepção, o importante é a chamada **“ação direta”** - o desenvolvimento ininterrupto dos confrontos de classe. Nesse processo, os anarquistas têm noção de que encontrarão barreiras diante do atraso da consciência operária e das dificuldades da correlação de forças. Procurando superá-las, eles defendem o papel da **“minoridade ativa”**, como foco que galvanizaria as atenções dos trabalhadores, atraindo-os para a luta. Daí o anarquismo ser taxado de vanguardista, por se afastar do nível de organização dos trabalhadores, pregando uma radicalização artificial da luta de classes. No mesmo sentido, rotula-se essa concepção de voluntarista. já que coloca a sua vontade subjetiva acima das condições concretas de luta existente, sem analisar a correlação de forças.

Outra característica fundamental da concepção anarquista será a negação de qualquer ação política por parte dos trabalhadores Partindo da compreensão de que toda a superação emana da infra-estrutura capitalista, os anarquistas condenam a participação dos operários nas eleições institucionais, é contrária a atividade parlamentar e menosprezam as leis. Pelo seu projeto de sociedade futura, essa concepção prega o fim do Estado - com todas

as instituições e regras, como as leis e a justiça. Exatamente por isso, os anarquistas - tendo a frente Proudhon e, posteriormente Bakunin - polemizarão com os marxistas - que defendem a luta do proletariado pela conquista do poder, com a constituição da ditadura do proletariado como forma transitória para o fim do estado. Para os anarquistas, nada deve se colocar no caminho da “ação direta”, do confronto cotidiano. Esse traço dará aos anarquistas certa marca economicista.

Com o desenvolvimento do capitalismo, que leva a uma maior concentrações de capital e da produção, a concepção anarquista vai perdendo terreno nos movimentos sociais. Além do aspecto econômico, da superação da fase artesanal e manufatureira, há também o político. A complexidade da nova sociedade desarma os anarquistas. Algumas correntes chegam inclusive a defender o lupen-proletariado (os mendigos e marginalizados) como a nova classe revolucionária, já que, segundo afirmam, o proletariado industrial teria se tornando reacionário com os avanços da industrialização. Ao negarem a luta política e a utilização de outras formas de luta pelos trabalhadores, os anarquistas caem no isolamento. Com a primeira revolução proletária, na Rússia de 17, onde se afirmam a necessidade da luta política e da organização do partido revolucionário, o anarquismo declina no mundo. As inúmeras tendências anarquistas, desde os adeptos do terrorismo, até os defensores do pacifismo, passando pelo chamado anarquismo espiritual de Spindel, entram em crise.

SINDICALISMO CRISTÃO

À partir da encíclica Rerum Novarum (Das coisas novas), publicada pelo papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, a Igreja Católica adota oficialmente uma doutrina para a sua atuação no movimento social, principalmente no sindicalismo. Até esta data, essa instituição ainda preservava suas tradições elitistas e aristocráticas, próprias de período feudal. Durante o feudalismo, a Igreja possuía grande poder. Ela era a maior propriedade feudal da Europa, controlando cerca de 1/3 das terras agricultáveis. Exercia com exclusividade o poder religioso, sendo o poder espiritual do sistema em vigor. E era também o poder político. Os feudos, dispersos e constituindo-se como mini-Estados, dependiam da instituição religiosa para manter o controle político. A Igreja exercia esse poder, via seus tabus ideológicos, para preservar a “pureza da alma humana” e através da repressão - tão marcante no período da Inquisição.

A igreja resistiu violentamente ao fim do feudalismo. Segundo o sermão mais conhecido na Europa no século XVI, “Deus fez clérigos, mas os demônios fizeram a burguesia”. O capitalismo, entretanto, vigora, destruindo as bases feudais - ou via revoluções ou através de negociações por cima. A Igreja perde poder, tanto econômico, como político. Além disso, perde a exclusividade religiosa, em decorrência dos inúmeros cismas e o surgimento do protestantismo. Mesmo suas bases ideológicas são questionadas, num primeiro momento pelos “iluministas” e “racionalistas”. No caso da revolução francesa, a mais radical das revoluções burguesas, muitos membros da hierarquia católica são guilhotinadas.

Posteriormente, entretanto, a própria burguesia dá espaço para a refundação da Igreja. Depende dela também para controlar o jovem proletariado. A Igreja se adapta ao novo sistema social, apesar de num primeiro momento manter suas tradições aristocráticas.

Esse conservadorismo não vai mais corresponder a mentalidade emanada dos novo sistema. As relações capitalistas de produção enfraquecem os preconceitos religiosos. O proletariado, diferente do servo camponês, é um homem “livre”. Surgem os primeiros conflitos de classe, o luddismo, as greves, e também as novas formas de organização dos explorados - os sindicatos e as cooperativas. Parcelas da jovem classe operária se aproximam das idéias anarquistas e marxistas. A Igreja perde base social. A religiosidade popular não garante mais a sustentação da instituição católica. Daí o surgimento da *Rerum Novarum*, que é um marco na viagem da Igreja católica com vista aos movimentos sociais.

De acordo com essa encíclica papal, existe no capitalismo “uma desigualdade natural, necessária e conveniente para o homem”. Os exageros de injustiças devem ser reformados, procurando encontrar-se função social” do capital, para torná-lo um sistema “justo e eqüitativo”. Entre capital e trabalho não deve haver antagonismos, luta de classes obedecendo-se os princípios da “caridade cristã”. A Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, central sindical fundada no Congresso de Haia, em 1920, chega a afirmar que “a vida econômica e social implica a colaboração de todos os filhos de um mesmo povo. Rejeita, portanto, a violência e a luta de classes”.

A *Rerum Novarum* vai criticar tanto o socialismo como o liberalismo. O para qualifica o pensamento socialista como falso, porque prega a supressão da prioridade privada - “que é um direito natural dos homens”. Além disso, Leão XIII considera as idéias socialistas subversivas, “porque gera ódios e extingue nos homens o estímulo ao trabalho”. Para a *Rerum Novarum*, “o capital e o trabalho devem viver em colaboração um com outro, obedecendo aos princípios da caridade cristã”. Ela confia a sorte dos trabalhadores à ação do Estado, que deve estabelecer leis para proteção e promoção do ser humano. A encíclica propunha a criação dos sindicatos aos moldes das antigas corporações de artesãos e também estimulava a formação de associações mutualistas.

Com base nessa doutrina, os militantes católicos atuaram no sindicalismo com uma concepção reformista, de conciliação de classes. Eles rejeitaram energeticamente as greves e outras formas de confronto. Defenderam o papel assistencialista dos sindicatos. Para realizar as reformas graduais no capitalismo, afirmam que o terreno propício é a própria Igreja - já que ela reúne patrões e empregados, “filhos de um mesmo Deus”. O fundamental é a paz social, a harmonia entre as classes, tendo como mediadora a Igreja - que dessa forma tenta readquirir o seu poder político.

Outras duas características fundamentais do sindicalismo cristão são o anticomunismo e a defesa do pluralismo sindical. Muitos historiadores, inclusive católicos, afirma que a Igreja só passou a se preocupar com o movimento sindical como forma de se contrapor ao aumento da influência das idéias revolucionárias. “Ela nasceu, sobretudo para

enfrentar o avanço do socialismo, particularmente a revolução social do marxismo”, explica José Cândido Filho, autor do livro “O movimento operário: o sindicato e o partido”. Miguel Gonzáles Núñez acredita que uma das causas do fraco desenvolvimento da corrente cristã é que ela não atuará nos sindicatos como organismos de luta por conquistas materiais, mas para “proteger os trabalhadores católicos contra os perigos socialistas”. Outra razão, segundo o autor, é que “o sindicalismo cristão aparece tardiamente (43 anos depois do Manifesto Comunista de Marx e Engels), quando as massas proletárias, desiludidas também no plano espiritual (desconfiança da irmandade capitalismo-poder-igreja), haviam abandonado as Igrejas, católicas ou protestantes, ou melhor, tinham sido abandonadas por estas”. Os estatutos dos Círculos Operários Católicos no Brasil são bem elucidativos. Um dos primeiros itens de seu objetivo era o “combate ao comunismo”.

Quanto ao pluralismo sindical, a Igreja advoga a separação dos católicos dos que professam confissões e idéias diferentes. O seu temor é o contágio dos fiéis com as novas idéias. Essa tese, que leva à fragmentação da organização sindical, foi levada à prática em vários países, principalmente na Europa. No Brasil, a Igreja fez inúmeras tentativas para implantar o plurisindicalismo. Desde o início da atuação organizada dos católicos no sindicalismo brasileiro, tendo a frete o cardeal Sebastião Leme, a Igreja organizou os círculos operários, que atuavam por fora dos sindicatos existentes. Na Constituinte de 34, os deputados vinculados à Igreja defenderam, juntamente com a reação, a implantação do pluralismo sindical - que inclusive é aprovado. Em pleno Estado Novo, a hierarquia católica apresenta ao ditador Getúlio Vargas a proposta de transformar os aproximadamente 400 círculos operários católicos existentes em sindicatos paralelos. E na Constituinte de 45, mais uma vez, os deputados eleitos com o apoio do LEC (Liga Eleitoral Católica), defendem, juntamente com os parlamentares da UDN, a implantação do plurisindicalismo.

MARXISMO

Com o surgimento do socialismo científico no final do século XIX, tendo a frete Karl Marx e Friedrich Engels, os sindicatos passam a ser encarados como instrumentos que devem contribuir para a luta revolucionária do proletariado pela tomada do poder político. Essa doutrina vai se diferenciar tanto dos reformistas, que pregam mudanças graduais no capitalismo, como das anarquistas, que negam a luta política pelo poder. Marx e Engels acompanharam com entusiasmo o nascimento dos sindicatos na Europa, destacando sua importância como rudimentos da organização de classe e apontando suas limitações, a sua insistência em lutar apenas contra os efeitos do capitalismo, e não contra as suas causas. Juntamente com Lênin, dirigente da revolução russa de 1917, e outros teóricos revolucionários, serão os formuladores da concepção marxista de sindicalismo.

Para Marx, **“os sindicatos são indispensáveis para guerra de guerrilhas cotidiana entre o capital e o trabalho”**. O seu fim imediato **“concretiza-se nas exigências do**

dia-a-dia, nos meios de resistência contra os incessantes ataques do capital”. Mas a concepção Marxista vai além. Aponta outros objetivos da atividade sindical, não se limitando apenas a uma visão economicista. Os teóricos do comunismo vêem os sindicatos, sobretudo, como centros organizadores do proletariado, que devem ser “escolas do socialismo”. Marx diz:

“O capital é o poder social concentrado, enquanto o operário só dispõe da sua força de trabalho. O contrato entre capital e trabalho não pode, portanto, repousar nunca em justas condições ... Do lado do operário sua única força é o número. Mas a força do número se quebra pela desunião. A divisão dos operários é o produto e o resultado da inevitável concorrência entre eles próprios. Os sindicatos nascem precisamente os impulso espontâneo dos operários para eliminar, ou pelo menos reduzir essa concorrência, a fim de conseguir melhores condições que os coloquem ao menos em situação superior à de simples escravos”.

Partindo desse princípio norteador, o marxismo condena o economicismo, as correntes que encaram os sindicatos nos estreito marcos corporativos. Para essa concepção, a luta puramente econômica não conduz a nada, já que o capitalismo tem capacidade para assimilar as pequenas melhorias salariais - garantindo sua taxa de mais-valia. Isso não significa que o marxismo negue a luta econômica. Muito pelo contrário. Mostra apenas as suas limitações e prega a transformação da luta econômica em luta política pela tomada do poder.

Algumas correntes que reclamaram o marxismo tenderam, a não interpretar corretamente esta questão, caindo no que Lênin caracterizou como “esquerdismo”. Elas menosprezaram a luta econômica, realizando apenas um discurso político doutrinário. Marx sempre condenou esse viés. Para ele, a negação da luta específica levaria os sindicatos a se afastarem das grandes massas, já que não tratariam dos problemas concretos dessas. Com isso, a tendência seria a do esvaziamento dos sindicatos, que se transformariam em pequenas seitas - totalmente ineficazes. Além disso, Marx vai indicar a importância das pequenas reformas e conquistas parciais, não como um fim em si mesmas, mas como meio de concretizar e organizar os trabalhadores. As pequenas vitórias teriam o papel de incentivar a lutas maiores, contribuindo para a acumulação de forças e para experiência concreta das massas.

Acompanhando a evolução do sindicalismo, principalmente o da Inglaterra, Marx vai perceber a miopia economicista e apontará qual deve ser a tarefa maior dos sindicatos no capitalismo. **“Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência contra ataques do capital. Mas demonstram ser partes ineficazes em virtude do mal compreendido uso de sua força. Em geral, erram o caminho porque se limitam a uma guerra de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação, usando a força organizada como alavanca para libertação definitiva da classe operária, quer dizer, para a abolição definitiva do sistema de salários”.**

Em outro texto, ele insiste: **“Além dos fins primitivos, os sindicatos devem apreender agora a atuar de forma consciente, como eixos de organização da classe operária,**

pelo interesse superior da emancipação total... Devem levar a toda a gente a convicção de que os seus esforços, longe de serem egoístas e ambiciosos, tem antes por fim a **emancipação das massas oprimidas**". Ao dar real medida das lutas econômicas, a concepção marxista também aborda o papel das greves e outras formas de luta. Para essa doutrina, as greves têm enorme importância e é o principal instrumento da luta econômica contra a exploração. Segundo Lênin, **"através delas as massas operárias aprendem a distinguir e pôr a nu todos e cada um dos processos de exploração capitalista, a estudá-las do ponto de vista da lei, de suas condições de vida e dos interesses da classe capitalista... Os operários nessa luta experimentam as suas forças, aprendem a compreender a necessidade e a importância da União"**.

Entretanto, o marxismo não adota a mesma visão dos anarquistas nessa questão. Ela aponta também os limites da greve e não vê como os anarquistas, como a única arma de luta dos trabalhadores. Na opinião de Lênin, **"as greves são de um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não são o único. E se os operários não testam atenção aos outros meios de luta, atrasam o seu desenvolvimento e os êxitos"**. Para o marxismo, a greve deve ter como principal objetivo organizar os trabalhadores, acumular forças, preparando para as novas batalhas. O marxismo relaciona sempre as lutas parciais com seu objetivo final, que é a tomada do poder pelos proletariados. Por isso, uma greve por interesses imediatos que coloquem em risco a organização dos trabalhadores deve ser rejeitada. Conforme explica Marx, **"os trabalhadores não devem exagerar as conseqüências dessas lutas cotidianas, não devem esquecer que a luta contra os efeitos, mas não contra as causas: que não fazem mais do que aplicar paliativos, mas não curar as enfermidades. Portanto, não devem gastar as suas energias, exclusivamente, nesta inevitável luta de guerrilhas**.

Outra característica da corrente marxista é a defesa da unidade dos trabalhadores. Partindo do princípio de que **"os sindicatos são as organizações mais amplas do proletariado (Lênin)"**, o marxismo condena as tentativas de dividir as organizações sindicais por motivos políticos-partidários ou religiosos. Lênin é que vai insistir mais nessa tese. Segundo ele os comunistas **"nunca devem perder de vista a unidade da organização sindical"**. Isto porque **"a única fonte de força dos escravos assalariados de nossa civilização, oprimidos, subjugados e abatidos pelo trabalho, é a sua união, sua organização e solidariedade"**. Exatamente por isso, o marxismo vai fazer esforços no sentido da unidade dos trabalhadores, a começar por Marx e Engels, os principais inspiradores das duas primeiras *internacionais*.

Após a revolução russa, Lênin vai insistir nesse ponto. Fará duas críticas aos esquerdistas, que pregam o abandono dos sindicatos controlados por reacionários tradeunionista e reformista. Num texto de polemica, ele conduz a **"estupidez que cometem os comunistas alemães de 'esquerda', que deduzem que é preciso sair dos sindicatos, renunciar ao trabalho neles, criar formas de organização operárias novas, inventadas! Uma estupidez tão imperdoável, que equívale ao melhor serviço que os comunistas podem prestar à**

burguesia” Para Lênin, estas teses esquerdistas dividem os trabalhadores e os afastam dos revolucionários. **“Não atuar no seio dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência de líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou operários aburguesados”**.

No combate à neutralidade política dos sindicatos, a concepção marxista também enfatizará a necessidade da luta por liberdades políticas. Conforme explica Lênin, **“sem liberdade política, todas as formas de representação operária, serão puro logro, o proletariado continuará aprisionado, nas trevas, sem ar e sem espaço necessários à luta por sua plena emancipação”**. Em outro texto, ela afirma: **“Nenhuma luta econômica pode trazer aos operários uma melhoria estável, nem sequer pode ser levada a cabo em grade escala se os operários não tem direito de organizar livre mente suas assembléias e seus sindicatos... Para obter esses direitos, é necessário levar a cabo uma luta política”**. A partir desse raciocínio, o marxismo condena qualquer atrelamento ao Estado burguês, defende total autonomia das organizações operárias. **“O princípio fundamental, o primeiro preceito de todo o movimentos sindical, consiste no seguinte: não confiar no Estado, confiar unicamente na força de sua classe. O Estado é a organização da classe dominante”**.

Exatamente por enfatizar que o objetivo primeiro do proletariado é a conquista do poder político, a concepção marxista sublima a supremacia do partido político sobre o sindicato. Para ela, o partido revolucionário é um estágio superior de organização. para evitar confusões comuns entre sindicato e partido, o marxismo procura apontar quais as tarefas de cada um. Quando fala em supremacia do partido, o marxismo não nega a importância da luta sindical, como já foi dita, e também não defendem que os sindicatos devam se transformar em partidos, com estatutos e programa próprios dos agrupamentos partidários. Ao contrário,. O marxismo insiste em que há diferenças entra essas duas formas de organização e de que elas devem ser preservadas. Marx condenará a tendência **“de manter num mesmo saco de gatos o partido e os sindicatos”**. Ela considera que as duas podem até ter um mesmo objetivo num determinado momento, mas cada uma deve preservar seus métodos específicos de atuar. Lênin tratará dessa questão. Para ele, **“os sindicatos são necessários em toda parte. É preciso que sejam os mais numerosos e suas funções as mais variadas possíveis. Mas é um absurdo e prejudicial confundir essas organizações com as revolucionárias, apagar entre elas as fronteiras”**.

SOCIAL-DEMOCRACIA

A corrente conhecida hoje como social democracia surgiu no interior do movimento marxista, no final do século passado. Seu primeiro formulador foi Eduard Bernstein (1850-1932), testamentário de Engels e um dos mais importantes teóricos da II Internacional. Aos poucos, suas idéias vão contagiar outros dirigentes da internacional, resultando numa mudança de rumo dessa organização inicialmente marxista. Bernstein colocará em dúvida as principais teses marxistas, como a da polarização entre a burguesia e proletariado, a tendência

a pauperização das massas, a questão das crises cíclicas do capitalismo e a necessidade da luta revolucionária para superar esse sistema. Conforme assume, ele fará a revisão do marxismo. Daí porque essa corrente também é chamada nesse período, de revisionista.

As idéias de Bernstein refletiam mudanças objetivas que ocorreu na Alemanha do final do século. Esses países passam por um intenso processo de industrialização após a sua unificação dirigida por Bismark. Isso possibilita maior estabilidade econômica e certa calma no combativo movimento operário do país. Outra consequência é o reforço da democracia burguesa, com a legalidade do partido social-democrata alemão e sua grande acessão. Em pouco tempo, esse partido, que era o mais conceituado no movimento marxista, elege cerca de 120 deputados. Com base nessas transformações objetivas, **Bernstein vai negar a tese marxista que afirma a inevitabilidade do processo de concentração e acumulação do capital - e o consequente empobrecimento das massas, Dirá que através de ações, os operários têm condições de também tornarem-se proprietários - diminuindo a polarização. Ele também afirmará que o caminho para os avanços mais significativos dos trabalhadores passou a ser a atividade institucional, a via parlamentar, negando a necessidade da ruptura revolucionária pregada por Marx. Outra tese de Bernstein, depois aparentemente reforçada com os estudos do economista Hilferding, é que a formação dos monopólios, o início da fase imperialista, impediria que ocorressem, as crises cíclicas do sistema previstas por Marx.**

Thomas Meyer, no livro “Socialismo Democrático”, apresenta um quadro mais completo da evolução do pensamento da social-democracia. Conforme explica, Ferdinand Lassale, o primeiro presidente do partido socialista alemão e fundador, em 1863, da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, foi quem deu início a revisão das teses marxistas. Ele pregava a “democratização do Estado” burguês. Segundo ele, o “socialismo transfere para o Estado democrático uma total responsabilidade social. O Estado deve garantir não somente a propriedade e a ordem, mas deve também assegurar a liberdade de todos através da estrutura social e instituir uma ordem econômica e socialmente justa”. Diferente a tese marxista, que afirma que o estado é tão somente um instrumento nas mãos da classe economicamente dominante, Lassale o via como instrumento neutro, capaz de ser controlado socialmente. Ele rejeita a tese do “assalto ao poder”.

Conforme explica o autor, durante muitos anos a social-democracia alemã esteve baseada nas idéias marxistas - principalmente no período autoritário do Estado Imperial (1878-1890). **“A opressão do partido pelo Estado favoreceu a radicalização do seu pensamento”**, afirma Meyer. Segundo informa, até pouco antes da I Guerra Mundial **“predominava na social-democracia alemã a concepção da derrubada revolucionária do capitalismo”**. Já existiam idéias revisionistas, que se encontravam na luta no interior da I Internacional. Estas eram fundamentadas por Eduard Bernstein, que a partir de 1896, expôs suas teses no interior do partido alemão.

Segundo ele, o desenvolvimento capitalista indicava rumos diferentes daqueles prognosticados por Marx. A estrutura social não demonstraria uma tendência a

polarização, a simplificação. Ao contrário, tornaria mais complexa. Ao mesmo tempo em que se dava a concentração de capital, também crescia o número de pequenas e médias empresas. Isso permitiria a manutenção de uma vasta classe média autônoma. Essa também seria incrementada com o aumento das tarefas administrativas do setor público.

O aumento das sociedades anônimas também possibilitaria maior acesso dos trabalhadores à participação nos rendimentos

Outra tese de Bernstein é a de que a monopolização da economia leva a superação das crises cíclicas do capitalismo, ou pelo menos, ao seu agravamento. Bernstein também prevê uma “regulamentação nos modelos de acordos” entre sindicatos e empresários, fruto da democratização do Estado e da melhoria da legislação trabalhista. Disto tudo, Bernstein concluiu que o socialismo é uma tarefa em construção, ele deve evoluir normalmente no interior do capitalismo. Daí batizar essa concepção de evolucionista.

Conforme explica Meyer, nos primeiros anos de seu aparecimento, o revisionismo de Bernstein **“foi repelido pela grande maioria da social-democracia alemã. Nisso teve influência o fato de que o espaço reformista efetivo era estreitamente limitado no Império pré-democrático e que a social-democracia estava isolada”**. Com o tempo suas teses emplacaram. **“Com a adoção do programa de Godesberg do SPD, em 1959, os elementos sustentadores dos revisionistas tornaram-se fundamentos teóricos do socialismo democrático moderno.**

Segundo Bernstein, **“a democracia é fim e meio ao mesmo tempo; A violência elementar que se manifesta nas revoluções políticas pode mudar cada vez menos a essência do corpo social. Podem não criar nada duradouro”; “O socialismo pode estar mais visível em uma boa legislação febril do que na socialização de um grupo inteiro de fábricas”**.

Outros teóricos importantes da social-democracia foram; Rudolf Hilferding (1877-1941), que desenvolveu a teoria do “capitalismo organizado” e foi ministro das finanças da república Weimar; Friedrich Ebert (1875-1925), presidente do SPD desde 1913 e primeiro presidente da república de Weimar, de 1919 à 1925; Friedrich Adler (1879-1960), austríaco, presidente da IS. O programa de Godesberg, conforme foi dito, representa a vitória definitiva da visão reformista. Quanto às questões econômicas, ele afirma: **“O Partido Social-democrata aprova o livre mercado, onde impere a concorrência. Mas ali, onde o mercado seja a expressão do predomínio de indivíduos ou de grupos, impõem-se múltiplas medidas para assegurar a liberdade na economia. Concorrência tanto quanto possível, planificação tanto quanto necessária”**. Em outro documento base, o quadro de orientação 85, afirma-se: **“A propriedade privada sobre os meios de produção e a concorrência do mercado são indispensáveis. Ao mesmo tempo, necessita-se de instrumentos adequados para o governo exercer influência, fomento, planificação e controle do processo econômico a fim de alcançar os objetivos da política econômica social-democrata”**.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo L. C. - O que é Sindicalismo, Coleção Primeiros Passos - Abril Cultural. 1985.

ANTUNES, Ricardo L. C. - Novo Sindicalismo, Editora Brasil Urgente - 1991.

GIANNOTTI Antônio e NETO Sebastião - CUT Ontem e Hoje, Editora Vozes - 1991.

BORGES Altamiro - A origem dos Sindicatos.